



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO JAU



Abril/2023

Presidente da República

Luíz Inácio Lula da Silva

Ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática

Marina Silva

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Marcelo Marcelino de Oliveira - Substituto

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Bernardo Ferreira Alves de Brito - Substituto

Coordenação Geral de Criação e Planejamento de Unidades de Conservação

Maurício Ferreira do Sacramento – Coordenador Geral

Coordenação de Planos de Manejo de Unidades de Conservação

Daniel de Miranda Pinto de Castro – Coordenador

Gerência Regional do ICMBio Norte – GR1

Tatiane Maria Vieira Leite – Gerente Regional

Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Novo Airão

Leila Mattos Araújo Napoles – Chefe

Equipe de Planejamento/ICMBio

Alessandro de Oliveira Neiva - Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)

Alessandro Marcuzzi - Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Santa Cruz

Alexandre Gomes da Costa - UT Caraguatatuba/SP - IBAMA

Carlos Henrique Fernandes Velasquez Fernandes - Coordenação de Concessões e Negócios - CONCES/ICMBio

Cristina Bastista - Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Curitiba

Iasmira Daniel Simões Oliveira Freire - Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (COEST/CGEUP)

Janina Azevedo dos Santos - Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Santa Cruz

Josângela da Silva Jesus - Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Novo Airão

Leila de Sena Blos - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (CEPAM)

Lílian Letícia Mitiko Hangae - Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)

Marcelo Chassot Bresolin (in memoriam) - Parque Nacional do Superagui

Mariana Macedo Leitão - Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Novo Airão

Maria Jociléia Soares da Silva - Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (COMAN/ICMBio)

Rafael Suertegaray Rossato - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB)/ Equipe Ampliada da COMAN

Thayna Jeremias Mello - Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Alcatrazes

Colaboração Técnica para elaboração do Plano de Manejo

Equipe da FVA - Fundação Vitória Amazônica: Carlos César Durigan, Sérgio Henrique Borges, Marcelo Moreira, Adriane Moraes, Gabriela Zuquim, Simone Iwanaga, Rachel Ribeiro Lange, Ruth Helena Cristo Almeida

Equipe da GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit: Olatz Cases

Consultores do Plano de Uso Público do Parna do Jaú – Programa ARPA/IBAMA: Michel Aubreton e Thérèse Aubreton

Mapas e Geoprocessamento: Marcelo Paustein Moreira (Igapó Soluções Geoflorestais) e Miriam Rodrigues da Silva (Equipe de apoio da COMAN/ICMBio)

Moderadores da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo: Rafael Suertegaray Rossato, Carlos Henrique Fernandes Velasquez Fernandes e Marcos Roberto Pinheiro – Contrato FUNBIO 63/2016

Relatoria da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo e Revisão do Texto: Marcos Roberto Pinheiro e Karla Mayara Almada Gomes

Participantes da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo

N	Nome	Institucional
1	Carlos Henrique Velasquez Fernandes	ICMBio/COMAN
2	Marcos Roberto Pinheiro	PINS
3	Mariana Macedo Leitão	ICMBio/Parna Jaú
4	Rafael Rossato	ICMBio/Flona Tefé
ICMBIO		
5	Ana Luiza Figueiredo	ICMBio/ Resex Unini
6	Dilson Nogueira de Souza	ICMBio/ Parna Jaú
7	Dolvane Machado	ICMBio/ Parna Anavilhanas
8	Josângela da Silva Jesus	ICMBio/ Parna Jaú
9	Sergio Sá	ICMBio/ CR 2
10	Larissa Passos da Silva	ICMBio/ Resex Unini
Governo		
11	Ana Karina Sampaio	AmazonasTur
12	Clarice Bassi	SEMMA Novo Airão
13	Ellen Anjos C. da Silva	UFAM
14	Francisco Oliveira	DEMUC / SEMA
15	Jaime Gomes Nery Junior	DEMUC / SEMA
16	Jaime Junior	SEMA / PE Rio Negro
17	Miqueias Santos de Souza	DEMUC / SEMA
18	Marcelo Vasques Teles	DEMUC / SEMA
19	Sergio Augusto Chaves	SEMMA Novo Airão
20	Suzianne de Oliveira	SEMTUR Novo Airão
Sociedade Civil		
21	Adevilson da Silva	A S Silva Tur Navegação
22	Alexandre Silva de Souza	Projeto Mosuc/IPÊ
23	Ana Cintia Guazzelli	FVA
24	Sandoval Moreno da Silva	Projeto Mosuc/IPÊ
25	Claus Heinz Pfeiffer	ANATUR
26	Gliciane de Lima Lopes	Visitante
28	Gustavo Mohé	IPÊ
29	João Evangelista de Souza	Rio Unini / COOMARU
30	Joicelane Lima de Oliveira	Jovens Comunicadores/ Novo Airão
31	Fernando Farias da Silva	Jovens Comunicadores/ Novo Airão
32	José Dionísio Silva	Rio Unini / AMORU
33	Leilson Nunes de Almeida	Projeto Mosuc/IPÊ
34	Luciene Farias	Projeto Mosuc/IPÊ
35	Marivaldo Miranda Pontes	ATTUNA
36	Pablo Pacheco	FVA
37	Pauletiane da S. Horta	Projeto Mosuc/IPÊ
38	Susy N. Cruz	Voluntária ICMBio
39	Tarcísio Magdalena	Autônomo
40	Valmir Borges Monteiro	ATTUNA
41	Virginia C. D. Bernardes	IPÊ
Comunitários		
42	Ademilton Assis da Silva	Comunidade de Cachoeira
43	Adriano Brasil Nascimento	Comunidade do Tambor
44	Alessandro Brasil Nascimento	Comunidade do Tambor
45	Altemar da Costa Prata	Comunidade Terra Nova
46	Antonio Nunes da Silva	Comunidade Vila Nunes
47	Dalva Lemos Oliveira	Comunidade Lázaro
48	Edemilton Ferreira da Silva	Comunidade Lago das Pedras

N	Nome	Institucional
49	Elenilson Nascimento	Comunidade do Tambor
51	Erivelton Gomes de Andrade	Comunidade Floresta II
52	Heverson de Araujo Salgado	Comunidade Terra Nova
53	John Kenedy da Silva Lopes	Comunidade Lago das Pedras
55	Jorge Nascimento	Comunidade do Tambor
56	Julião Gonçalves Monteiro	Comunidade Lago das Pedras
57	Luiz Fernando Carvalho da Silva	Comunidade Tapiíra
58	Maria Raimunda Lemos Brasil	Comunidade do Tambor
59	Maria Raquel Oliveira	Comunidade Lázaro
60	Natanael Rodrigues Brasil	Comunidade do Tambor
61	Pedro Ferreira	Comunidade Patauá (Rio Unini)
62	Reticlefe Nunes da Silva	Reco Turismo
63	Rosany Soares da Silva	Comunidade Tapiíra
64	Sandra Maria Amazonas	Comunidade Lago das Pedras
65	Sebastião de Souza da Silva	Comunidade Tapiíra
66	Sidney dos Santos Mendes	Comunidade de Cachoeira
67	Telso Lemos Brasil	Comunidade Lázaro
68	Valdeci Fragoso Angelico	Comunidade Tapiíra
69	Valdiclei Costa Rodrigues	Comunidade Floresta II

SUMÁRIO

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	10
INTRODUÇÃO	11
HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ.....	13
BREVE DESCRIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ	19
PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS	22
PROPÓSITO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ	22
DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA.....	22
RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS	23
PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS	26
LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS	26
ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS (RVF)	27
QUESTÕES-CHAVE	38
PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS.....	39
PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS	42
ZONEAMENTO	42
ZONA DE PRESERVAÇÃO	45
ZONA DE CONSERVAÇÃO	46
ZONA DE USO MODERADO	48
ZONA DE SOPREPOSIÇÃO TERRITORIAL	49
ZONA DE USO DIVERGENTE	51
ZONA DE INFRAESTRUTURA	52
PROPOSTA DA ZONA DE AMORTECIMENTO	54
NORMAS GERAIS PARA O PARQUE NACIONAL DO JAÚ	56
ATOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS	60
BIBLIOGRAFIA.....	61
ANEXO I. DIAGRAMAS DE ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS (RVF) DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ	69

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Elementos de um plano de manejo, segundo a abordagem estratégica utilizada pelo ICMBio (Fonte: ICMBio, 2018).....	13
Figura 2: Mapa de localização do Parque Nacional do Jaú	18
Figura 3: Tartaruga-da-Amazônia (<i>Podocnemis expansa</i>). Imagem: Josângela Jesus.....	24
Figura 4: Arara-canindé (<i>Ara ararauna</i>). Imagem: Mariana Leitão.....	24
Figura 5: Tucuxi (<i>Sotalia fluviatilis</i>). Imagem:	24
Figura 6: Campinarana no interflúvio Jaú-Carabinani. Imagem: Josângela Jesus.....	24
Figura 7: Macacaricuias, as árvores mais antigas da Amazônia. Imagem: Josângela Jesus.....	24
Figura 8: Floresta de Igapó. Imagem: Josângela Jesus	24
Figura 9: Rio Jaú. Imagem: Josângela Jesus	25
Figura 10: Tombo do Guariba no rio Carabinani. Imagem: Josângela Jesus.....	25
Figura 11: Praia da velha. Imagem: Josângela Jesus	25
Figura 12: Embarcação tradicional. Imagem: Josângela Jesus.....	26
Figura 13: Produção de farinha. Imagem: Josângela Jesus	26
Figura 14: Produção de óleo de andiroba. Imagem: Josângela Jesus	26
Figura 15: Petróglypho do sítio Tucubá. Imagem: Josângela Jesus	26
Figura 16: Petróglypho do sítio na foz do rio Jaú. Imagem: Léia Soares.....	26
Figura 17: Zoneamento do Parque Nacional do Jaú	44
Figura 18: Mapa com a localização da Zona de Preservação do Parque Nacional do Jaú	45
Figura 19: Mapa com a localização da Zona de Conservação do Parque Nacional do Jaú	47
Figura 20: Mapa com a localização da Zona de Uso Moderado do Parque Nacional do Jaú.....	49
Figura 21: Mapa com a localização da Zona de Sobreposição Territorial do Parque Nacional do Jaú	50
Figura 22: Mapa com a localização da Zona de Uso Divergente do Parque Nacional do Jaú	52
Figura 23: Mapa com a localização da Zona de Infraestrutura do Parque Nacional do Jaú	53
Figura 24: Mapa de localização da Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Jaú	55

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Análise do RVF “Fauna, em especial os quelônios”	28
Quadro 2: Análise do RVF “Diversidade de Formações Vegetais”	30
Quadro 3: Análise do RVF “Rio Jaú”	32
Quadro 4: Análise do RVF “Praias”	33
Quadro 5: Análise do RVF “Cachoeiras do Carabinani”	34
Quadro 6: Análise do RVF “Cultura Tradicional”	36
Quadro 7: Análise do RVF Petróglyphos do Parque Nacional do Jaú”	37
Quadro 8: Questões-Chave do Parque Nacional do Jaú	38
Quadro 9: Resumo dos resultados da priorização das necessidades de planejamento	39
Quadro 10: Priorização das necessidades de planejamento e dados associados.....	39
Quadro 11: Descrição das zonas de manejo do Parque Nacional do Jaú	43

LISTA DE SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União
Amoru – Associação de Moradores do Rio Unini
AMRQ – Associação de Moradores Remanescente de Quilombos da Comunidade do Tambor
Anatur – Associação Novo Airãoense de Turismo
Arpa – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
Attuna – Associação dos Transportes Turísticos de Novo Airão
CGEUP – Coordenação Geral de Uso Público e Negócios
CEPAM – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica
COEST – Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo
COCUC – Coordenação de Criação Unidades de Conservação
COGCOT – Coordenação de Gestão de Conflitos em Interfaces Territoriais
COPCT – Coordenação de Articulação de Políticas para Comunidades Tradicionais
COMAN – Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo
COOMARU – Cooperativa Mista Agroextrativista do rio Unini
CPS – Catálogo de Produtos e Serviços do ICMBio
CR ICMBio – Coordenação Regional ICMBio
CR – Criticamente em perigo
DEMUC - Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação
DGPea – Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental
DOVIS – Divisão de Ordenamento e Autorização para Visitação
EA – Educação Ambiental
EN – Em perigo
EP – Equipe de Planejamento
Flona – Floresta Nacional
FVA – Fundação Vitória Amazônia
GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Agência Alemã de Cooperação Internacional)
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFT – Instituto de Floresta Tropical
IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
IPHA – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico de Novo Airão (IPHA/NA)
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN – International Union for Conservation of Nature
MBRN – Mosaico Baixo Rio Negro
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MOSUC – Projeto de Motivação e Sucesso de Unidades de Conservação
NGI – Núcleo de Gestão Integrada
Parna – Parque Nacional
PINS – Planejamento e Gestão Integrada Natureza e Sociedade
PM – Plano de Manejo
PrevFogo – Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do IBAMA
PUP – Plano de Uso Público
Resex – Reserva extrativista
RVF – Recurso e Valor Fundamental
Sema – Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Amazonas
Semma Novo Airão – Secretaria de Meio Ambiente de Novo Airão

Semma MAO - Secretaria de Meio Ambiente de Manaus
Semtur Novo Airão – Secretaria de Turismo de Novo Airão
Sisnama – Sistema Nacional do Meio Ambiente
Sipam – Sistema de Proteção da Amazônia
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UnB – Universidade de Brasília
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VU – Vulnerável
WCS – Wildlife Conservation Society

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia em regime especial vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que foi criado pela Lei Nº 11.516, em 28 de agosto de 2007, e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Sua missão é “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”.

Cabe ao Instituto executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação (UC) instituídas pela União. Além disso, é sua função fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação federais.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, o Plano de Manejo (PM) é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais em uma unidade de conservação, incluindo a implantação de estruturas físicas necessárias à sua gestão.

O PM é um dos principais instrumentos de gestão da UC, pois constitui o seu documento oficial de planejamento, definindo quais usos serão desenvolvidos na UC, bem como onde e de que forma os usos poderão ocorrer. Também descreve a relevância da UC ao identificar o seu Propósito, a sua Significância e os seus Recursos e Valores Fundamentais (RVF), fornece subsídios para interpretação ambiental, avalia as necessidades de planejamento e dados para a UC e identifica seus atos legais (ou regras específicas) e seus atos administrativos previamente existentes.

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú (Parna do Jaú) foi aprovado em 1998 e, desde então, ocorreram muitas mudanças nas conjunturas em que a unidade está inserida. Entre elas, pode-se citar a aprovação da Lei 9.985/2000 (SNUC) e do Decreto 4.340/2002 que a regulamenta. Além disso, houve um avanço considerável no conhecimento sobre a biodiversidade da região através de diversas pesquisas científicas, em especial o Projeto Janelas para a Biodiversidade, desenvolvido pela Fundação Vitória Amazônica (FVA) em parceria com outras instituições de pesquisas.

Nesse período, a presença institucional do órgão gestor também aumentou e o aporte de recursos financeiros cresceu significativamente, principalmente a partir da implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e do Projeto Corredores Ecológicos. Estas mudanças no contexto institucional certamente afetaram a gestão do Parna do Jaú e uma avaliação completa do planejamento anterior se fez necessária a fim de modificar e aperfeiçoar as estratégias de gestão da unidade, adaptando-as a este cenário dinâmico. A partir desta constatação, em 2005 o órgão gestor e a FVA iniciaram uma série de discussões técnicas visando dar início ao processo de revisão do plano de manejo do parque.

Em 2016, entendeu-se necessária a continuidade do processo de revisão do plano de manejo e a estratégia adotada pela gestão da UC foi a contratação de uma consultoria com apoio do Programa ARPA. Inicialmente a revisão deste plano de manejo seguiu em linhas gerais o Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica (IBAMA, 2002). Entretanto, quando retomado o processo no ano de 2022, a Equipe de Planejamento junto com a Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo optaram por adotar o novo Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMbio, 2018), mas trazendo para o documento todas as informações já trabalhadas anteriormente, adequando-as a nova metodologia. Essa decisão foi tomada tendo em vista que a maioria dos elementos do novo roteiro haviam sido discutidas na oficina de elaboração do Plano de Manejo, carecendo apenas a complementação e alguns ajustes de nomenclaturas mais recentes. As publicações consultadas na revisão do Plano de Manejo estão listadas na bibliografia.

A principal vantagem de adotar essa estratégia para elaboração ou revisão do PM é a oportunidade de integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões a partir de um único entendimento comum do que é mais importante para a unidade. Com base nesta abordagem, o plano de manejo possui várias funções relativas à unidade de conservação:

- Comunica aos diferentes públicos o que é mais importante, por meio de um documento objetivo.
- Concentra esforços nos recursos e valores fundamentais para a proteção, cruciais para atingir o seu propósito e manter a sua significância.
- Garante uma coerência quanto aos planos e decisões, além de contribuir com programas e ações subsequentes para atingir o propósito da unidade e outros objetivos.
- Serve de base para o desenvolvimento ou correção de todos os planejamentos posteriores.
- Descreve as diretrizes políticas para os recursos e valores fundamentais.
- Identifica as condições, ameaças e problemas em relação aos seus recursos e valores fundamentais.
- Identifica e prioriza planos, estudos e ações de manejo que são necessários para a unidade.
- Identifica as diferentes zonas de manejo e respectivas ações de manejo que visam atingir o seu propósito.
- Favorece a integração com planejamento institucional, a partir da consulta e descentralização de planejamentos específicos das unidades de conservação, para as coordenações específicas.

O plano de manejo deve incluir os seguintes elementos:

- Declaração de propósito
- Declarações de significância
- Recursos e valores fundamentais
- Questões-chave
- Avaliação das necessidades de dados e planejamentos
- Zoneamento
- Normas gerais
- Atos legais e administrativos

A Figura abaixo mostra as relações dos elementos de um plano de manejo na abordagem adotada pelo ICMBio, evidenciando que o desenvolvimento de um plano de manejo é um processo estruturado e que todos os seus elementos estão interligados.

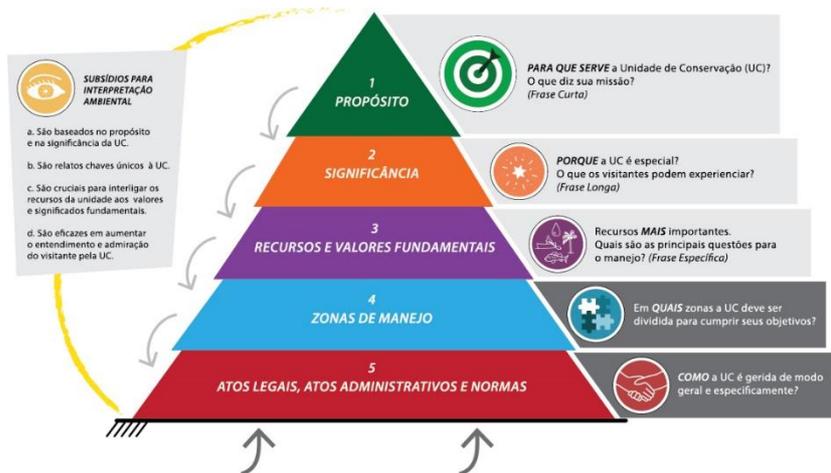


Figura 1: Elementos de um plano de manejo, segundo a abordagem estratégica utilizada pelo ICMBio (Fonte: ICMBio, 2018)

HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ

O processo de revisão do plano de manejo do Parna do Jaú inicialmente seguiu, em linhas gerais, as recomendações do Roteiro Metodológico de Planejamento (IBAMA, GTZ 2002) com algumas adaptações acordadas e teve início em setembro de 2005, com a criação de uma Equipe de Planejamento (EP). Neste processo foi elaborado um documento que apresenta os resultados da revisão do plano de manejo segundo as abordagens metodológicas da época, a revisão dos encartes de diagnóstico, a monitoria do plano de manejo do Parna do Jaú e uma proposta preliminar de planejamento, incluindo o zoneamento.

Por uma série de fatores, as atividades foram interrompidas e apenas em agosto de 2016 o processo de revisão foi retomado. Inicialmente, a EP seguiu a metodologia existente, à época, e realizou diversas oficinas temáticas com atores interessados e instituições parceiras, bem como a Oficina do Plano de Manejo, aumentando a participação social no planejamento da Unidade. Entretanto, desde o final de 2016, o ICMBio adotou uma nova abordagem para elaboração de planos de manejos padronizada a todas as categorias de unidades de conservação (exceto RPPN), cujo desenvolvimento teve início em 2015, inspirada no *Foundation Document*, documento de planejamento utilizado pelo Serviço de Parques Norte Americano.

Na revisão final do planejamento do Parna do Jaú foi adotada a abordagem estabelecida pela Instrução Normativa do ICMBio nº 7/2017 e o Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2018). Em decorrência da mudança da metodologia, a equipe de planejamento realizou alguns ajustes para adequar à nova abordagem e trazer os componentes fundamentais, dinâmicos, normativos e a indicação dos planos e estudos específicos no documento. A adequação foi posteriormente apresentada para ratificação junto as comunidades ribeirinhas e quilombolas em reuniões comunitárias realizadas em agosto de 2022 e, posteriormente, para o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini, em novembro de 2022.

Em fevereiro de 2022 a EP reavaliou o processo e, nos meses seguintes, realizou reuniões com a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP), com a Coordenação de Gestão de Conflitos em Interfaces Territoriais (COGCOT) e nas comunidades localizadas no interior do parque, além de consulta específica ao Conselho Consultivo da UC, que possibilitaram os ajustes

necessários para a primeira versão do documento. Posteriormente, seguiram-se os trâmites de aprovação do Plano de Manejo.

O Parna do Jaú dispõe de um Plano Interpretativo, publicado em 2020, que orienta o desenvolvimento de projetos de interpretação ambiental e que considera a missão da Instituição, os objetivos de criação da UC, os significados e características dos recursos protegidos e os interesses dos diferentes públicos. Diante disso, não foram indicados neste PM os subsídios para interpretação ambiental.

De forma geral, as atividades relacionadas para a revisão do Plano de Manejo do Parna do Jaú foram desdobradas em 10 oficinas temáticas, reuniões nas comunidades dos rios Jaú e Unini e uma apresentação do PM ao Conselho Consultivo da Unidade, como descritas de forma resumida a seguir:

1. O **Seminário 36 anos do Parna do Jaú**: Foi realizado nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2016, no S, Manaus, Amazonas. O evento foi dividido em três momentos: A) No dia 25/10 foi aberto ao público, envolvendo o conselho consultivo, as instituições e parceiros, com objetivo de esclarecer as etapas de revisão do plano de manejo, compartilhar os resultados obtidos pelos parceiros na implementação da UC e identificar as experiências exitosas na gestão do parque. B) No dia 26/10 foi voltado para 20 convidados, no formato de oficina, onde foram aplicadas metodologias participativas de análise e diagnóstico com objetivo de evidenciar os pontos fortes e fracos, avanços e desafios da gestão do Parna do Jaú e, principalmente, debater recomendações para a revisão do planejamento da unidade. C) No dia 27/10 foi voltado somente para a EP e alguns convidados, quando foram apresentados os métodos de avaliação de efetividade de gestão, visando uma discussão sobre o grau de implementação da unidade e a efetividade das ações no parque.
2. A **Oficina de Pesquisa Científica e Monitoramento do Parna do Jaú** foi realizada nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2017, no Auditório Bosque da Ciência, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Manaus, Amazonas. O evento teve como objetivo identificar os temas de pesquisas necessários para apoiar a gestão do parque, indicar pesquisas prioritárias, bem como atrair parceiros para a realização destas pesquisas, discutir como avançar o conhecimento de forma integrada e buscar compreender como a Câmara Técnica de Monitoramento do Mosaico do Baixo Rio Negro poderá apoiar o Programa de Pesquisa e Monitoramento da UC.
3. A **Oficina Temática de Uso Público** foi realizada entre os dias 19 e 24 de fevereiro de 2017, no Parna do Jaú. O grupo de participantes visitou alguns atrativos e possibilidades de novos roteiros, com objetivo de fazer uma avaliação por meio de roteiro estruturado. A oficina indicou ajustes e atualizações na estratégia de uso público, a partir do Plano de Uso Público e demais documentos orientadores do parque. Destaca-se que o PUP foi elaborado em 2002 e em 2006 foram realizados estudos técnicos para sua complementação.
4. As **Oficinas Comunitárias** foram realizadas nas comunidades localizadas no interior do Parque, sendo elas: Lázaro, Tambor, Patauá, Cachoeira e Seringalzinho, no rio Jaú; bem como o Lago das Pedras, Terra Nova, Patauá, Manapana, Lago das Pedras, Floresta, Vista Alegre, Vila Nunes e Tapiíra, no rio Unini, totalizando 12 oficinas participativas realizadas durante os dias 28 de abril até 10 de maio de 2017. As oficinas buscaram nivelar informações sobre o processo de revisão do plano de manejo e levantar recomendações

para os programas de manejo para os próximos anos, em especial sobre o uso público, termos de compromisso, zoneamento e questões sobre cada comunidade.

5. A **Oficina de Educação Ambiental e Gestão Participativa** do Parna do Jaú foi realizada no dia 31 de maio de 2017, no Espaço FVA, na cidade de Novo Airão, Amazonas. O evento teve como objetivo identificar estratégias de educação ambiental e públicos prioritários, visando trazer maior consciência dos objetivos do parque, bem como definir diretrizes para gestão participativa, em especial para o conselho gestor.
6. As reuniões sobre a **Consolidação Territorial** foram realizadas nos dias 09 e 10 de agosto de 2017, na sede do ICMBio, Brasília/DF, com objetivo de realizar alinhamento estratégico sobre a consolidação territorial e demais macroprocessos do Parna do Jaú. Foram tratados os seguintes temas: termos de compromisso com as comunidades, proposta de redelimitação do Parna do Jaú e da Resex do Unini, quilombo do Tambor, regularização fundiária dos títulos de propriedades privadas existentes dentro do parque, repasse das terras para o ICMBio e processo de indenização dos ex-moradores.
7. A **Oficina de Proteção** do Parna do Jaú foi realizada nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2018. O evento foi dividido em duas etapas: a primeira, no Espaço FVA, na cidade de Novo Airão, Amazonas, com o objetivo de fazer uma análise das ameaças aos objetivos do parque, e, em seguida, no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica - CEPAM, campus da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus, Amazonas, envolvendo outras instituições parceiras na proteção do parque. O evento teve o objetivo de definir diretrizes para o planejamento da fiscalização, combate aos incêndios florestais, vigilância e monitoramento no Parna do Jaú.
8. A **Oficina de Gestão Integrada** do Parna do Jaú foi realizada no dia 01 de março de 2018, no CEPAM, campus da UFAM, Manaus, Amazonas, com objetivo de planejar a gestão integrada do PARNA do Jaú nos próximos anos, nas diferentes escalas de atuação: o próprio parque, a gestão integrada com a Resex do Unini e a gestão do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN).
9. A **Oficina de Planejamento Participativo (OPP)** foi realizada nos dias 13, 14 e 15 de março de 2018, no Espaço FVA, Novo Airão, Amazonas, e buscou garantir a participação social dos principais grupos de interesse no planejamento da unidade, incentivando o comprometimento dos diversos atores envolvidos com a área, a partir da elaboração do propósito da unidade, sua significância, seus valores e recursos fundamentais, ações de manejo e discussão da proposta de zoneamento do parque e de suas normas. De forma geral, a OPP buscou mobilizar o conhecimento e a experiência dos participantes para, de forma conjunta e consensual, propor um conjunto de estratégias de ação para superação dos seus desafios de manejo.
10. A **Oficina de Estruturação do Planejamento** foi realizada nos dias 23, 24 e 25 de abril de 2018, na Sede do ICMBio em Brasília, DF, a Equipe de Planejamento estruturou o planejamento preliminar do parque, contendo os seguintes aspectos: propósito, significância, recursos e valores fundamentais, análise estratégica, zoneamento, normas e programa de monitoramento.
11. As **reuniões nas comunidades do rio Jaú** (Tambor, Lázaro, Patauí, Cachoeira e

Seringalzinho) foram realizadas entre os dias 22 e 28 de agosto de 2022. Estiverem presentes lideranças das comunidades do rio Unini (Vista Alegre, Floresta e Manapana) e da Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU). Na ocasião, apresentou-se o histórico da revisão do PM; a proposta de zoneamento elaborada na OPP em 2018 e ajustada posteriormente, as descrições e normas de cada zona e as normas gerais.

12. A **reunião do Conselho Consultivo**, realizada nos dias 16 a 18 de novembro de 2022, em Novo Airão, Amazonas, teve como objetivo apresentar e validar os elementos do PM, incluindo a proposta de zoneamento e normas.

Durante toda a revisão do Plano de Manejo do Parna do Jaú foram registradas cerca de 400 pessoas que se envolveram diretamente nas etapas do processo, como os servidores do ICMBio, voluntários, representantes dos governos federal, estadual e municipais, das organizações não governamentais, associações e cooperativas, bem como moradores dos rios Jaú e Unini, incluindo as lideranças sociais e jovens.

FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Nome da Unidade de Conservação (UC)	Parque Nacional do Jaú
Categoria e Grupo	Parque Nacional – Proteção Integral
Endereço da Sede	Rua Antenor Carlos Frederico, 69, Novo Airão, Amazonas, Brasil CEP 69730-000
E-mail (contato)	parnajau@icmbio.gov.br
Homepage	https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/Parna-do-jau
Superfície	2.272.000 hectares
Perímetro	1.158 km
Municípios que abrange	Novo Airão e Barcelos
Estado Abrangido	Amazonas
Coordenadas geográficas da sede	2° 37' 8,25" S / 60° 56' 57,29" W
Coordenadas geográficas das bases	Base I (Rio Jaú): 1° 54' 17,74" S / 61° 25' 48,58" W Base II (Rio Unini): 1° 40' 22,06" S / 61° 46' 43,74" W
Data de Criação e Número do Decreto	Decreto nº 85.200, de 24 de setembro de 1980
Bioma	Amazônia
Ecossistemas	Ecossistema de água preta, a floresta ombrófila densa, aberta e densa aluvial, campina, campinarana, floresta secundária (“roças dos ventos” e capoeiras) e floresta monodominante (buritizais) e ilhas e floresta de igapó.

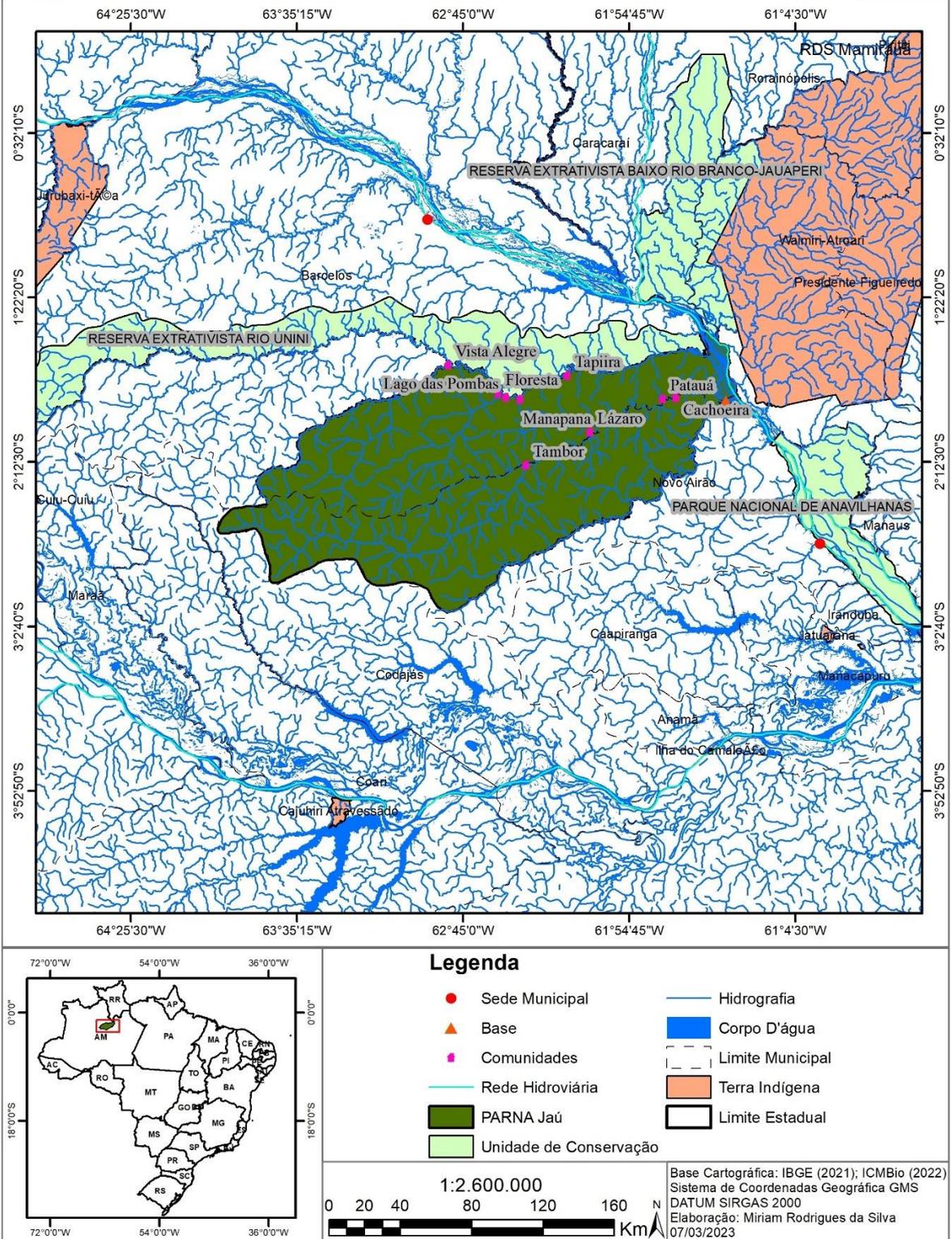


Figura 2: Mapa de localização do Parque Nacional do Jaú

BREVE DESCRIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ

O Parna do Jaú, com seus 2.272.000 hectares, abriga uma das maiores extensões de florestas tropicais úmidas contínuas do mundo e está localizado entre os municípios de Novo Airão e Barcelos, no estado do Amazonas. Distante aproximadamente 200 km de Manaus, capital do Amazonas, sua via de acesso é fluvial ou aérea.

Destaca-se por ser o único parque nacional do Brasil que protege praticamente a totalidade da bacia hidrográfica de um rio de águas pretas, o Jaú. Os seus limites são demarcados pela bacia hidrográfica do rio Jaú e estendem-se até as águas do rio Carabinani, ao sul, e as dos rios Unini e Pauini, ao norte. O rio Negro forma o limite leste do parque.

Criado em setembro de 1980, o Parna do Jaú é assim denominado por situar-se na bacia do rio Jaú (do tupi *ya'ú*), nome que deriva de um dos maiores peixes brasileiros, o jaú (*Zungaro sp*). A criação do parque compôs um processo histórico, que teve início em meados da década de 1970, de estudos de áreas amazônicas com potencial para serem convertidas em Reservas Biológicas. O então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) propôs a troca da categoria de manejo de Reserva Biológica para Parque Nacional.

O Parna do Jaú foi reconhecido em 2000 como Sítio do Patrimônio Mundial Natural e, no ano seguinte, como Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). O parque é a área núcleo da Reserva da Biosfera da Amazônia Central, faz parte do Corredor Central da Amazônia e compõe o Mosaico do Baixo Rio Negro e o Sítio RAMSAR Rio Negro, importantes ferramentas de gestão territorial para a conservação da natureza e valorização da unidade.

O clima do parque é constantemente úmido, com umidade relativa variando entre 85% e 95%, e pluviosidade entre 1.750 e 2.500 mm/mês. A temperatura média anual varia em torno de 26,0°C e 26,7°C, com máximas entre 31,4°C e 31,7°C e mínimas entre 22,0°C e 23,0°C (DNPM 1992). A temperatura média no mês mais frio é superior a 18,0°C. Os tipos climáticos que ocorrem no Parque é o Clima Tropical Chuvoso (grupo A da classificação climática de Köppen) e os subgrupos Af, Aw e Am.

Os solos do parque classificam-se em Podzólico vermelho-amarelo distrófico e/ou álico; Laterita hidromórfica distrófica e/ou álica de elevação; Podzol hidromórfico e Aluviais distróficos. O parque possui posição peculiar em relação à coluna geológica regional, conseguindo preservar uma boa amostra desta, incluindo desde o embasamento guianense até os baixos terraços recentes e sazonalmente inundados que sustentam os igapós. A Formação Solimões abrange aproximadamente 65% da superfície do parque; os depósitos antigos Prosperança e Trombetas, correspondem respectivamente a 17% e 8%; a Formação Alter do Chão, a 3%; e os Depósitos Quaternários a 7%.

O cenário histórico da formação de toda a região apresenta importantes peculiaridades, pois o Parna do Jaú está assentado tanto sobre formações geológicas antigas de 100 a mais de 500 milhões de anos, bem como sobre formações geologicamente mais recentes, cerca de dois a seis milhões de anos. Além disso, o parque abriga também relíquias da história da ocupação humana na região onde foram identificados vários sítios arqueológicos e diversas inscrições em pedras (petróglifos).

As paisagens do parque resultam de uma complexa história evolutiva relacionada aos processos geológicos ocorridos na região. Os movimentos tectônicos mais importantes contribuíram para a formação de relevos estruturais, enquanto os fatores ligados às interferências climáticas formaram os relevos erosivos e de acumulação. O relevo da área da UC é uma amostra representativa do planalto do interflúvio Negro-Solimões. No parque há duas grandes unidades morfoestruturais: o planalto dissecado Trombetas/Negro e o planalto rebaixado da Amazônia ocidental, esta última cobrindo vastas superfícies dentro da área.

A jusante do rio Jaú e seus tributários, o regime do nível de água é influenciado pelo rio Negro. Comparando-se os dados da cota de nível de água do rio Jaú com a do rio Negro, na região de Moura, observou-se um paralelismo nas duas curvas, indicando que o regime de águas no rio Jaú é represado pelo do rio Negro. A variação de nível da cota anual entre cheia e vazante oscila entre 5 m e 7 m, com mínimas nos meses de outubro e novembro, e cheias normalmente nos meses de junho e julho. Os estudos realizados na região do parque demonstram que as variações no nível de água num ciclo enchente e vazante são determinantes na distribuição de vários organismos como plantas, peixes e quelônios, entre outros. Além dos ciclos anuais, os períodos de enchente de dezembro a abril e de vazante de agosto a novembro podem variar temporalmente, em períodos mais longos e menos previsíveis.

O Parna do Jaú é caracterizado pela alta diversidade nas escalas local e regional, formando um mosaico de tipos florestais e não florestais, incluindo a floresta ombrófila densa, floresta ombrófila aberta, floresta ombrófila densa aluvial, campinas, campinaranas, floresta secundária e áreas de tensão ecológica (contato campinarana/floresta). Na floresta ombrófila densa são frequentes os grupos de castanheira-do-pará (*Bertholletia excelsa*), angelim-rajado (*Pithecelobium racemosum*), quaruba (*Vochysia maxima*), sucupiras (*Diplotropis spp*), ucuubas (*Virola spp*), breus (*Protim spp*), maçaranduba (*Manilkara huberi*) e o cipó *Daliocarpus rolandri*.

A nordeste do parque encontra-se uma porção de floresta densa submontana, onde os arbustos mais representativos são o amapá-doce (*Parahancornia amapa*), mangarana (*Microphalis guianensis*), sorva (*Couma guianensis*) e jarana (*Holopyxidium jarana*). Ao longo das planícies aluviais dos rios Carabinani e Jaú, periodicamente inundadas, ocorrem os agrupamentos de palmeiras, como as paxiúbas (*Iriartea spp*), açaí (*Euterpe oleraceae*) e jauaris (*Astrocaryon spp*). E em áreas aluviais mais antigas, raramente atingidas por inundações, ocorre a floresta aberta aluvial, também com forte predominância de palmeiras, como o buriti e caranãs (*Mauritia spp*).

São encontrados no Parque uma grande diversidade de animais, destacando o registro das seguintes espécies ameaçadas de extinção: onça-pintada (*Panthera onca*), jaguarundi (*Herpailurus yagouaroudi* - vulnerável), cachorro-do-mato-vinagre (*Speothos venaticus* - vulnerável), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla* - vulnerável), tatu-canastra (*Priodontes maximus* - vulnerável), anta (*Tapirus terrestres* - vulnerável); queixada (*Tayassu pecari* - vulnerável); ariranha (*Pteronura brasiliensis* - em perigo); peixe-boi (*Trichechus inunguis* - vulnerável); boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis* - vulnerável); urutau-de-asa-branca (*Nyctibius leucopterus* - criticamente em perigo). Além disso, há registro de onça-pintada (*Panthera onca*) e de gavião-real (*Harpia harpyja*), ambos classificados como próximos a ameaça.

O Parna do Jaú é formado por terras sob domínio privado, terras devolutas do estado do Amazonas e terras de apossamento de comunidades tradicionais. Esses moradores

desenvolvem atividades de pesca, extrativismo e agricultura de subsistência. Em 2017 foram identificadas 207 famílias, das quais 167 residiam às margens do rio Unini e 40 no rio Jaú, nas comunidades Vista Alegre, Floresta, Manapana, Lago das Pombas, Tapira, Tambor, Lázaro, Patauá, Cachoeira e Seringalzinho. Em 2003 as comunidades do Rio Jaú iniciaram a mobilização para reconhecimento das terras do rio dos Pretos como Quilombo do Tambor, mas apenas a comunidade do Tambor faz parte do território. O Relatório Técnico de Identificação e Demarcação do Território (RTID) foi publicado no DOU em 2009 e o Território Quilombola Tambor foi reconhecido e declarado, através da Portaria da presidência do Incra nº 2.333, de 25 de novembro de 2022, como terras do Território Quilombola com 719.880,6773 hectares.

Foram estabelecidos termos de compromisso, negociado entre o órgão gestor e as comunidades tradicionais, com acompanhamento do Conselho Consultivo do Parna do Jaú, como o instrumento adequado para assegurar o acesso das comunidades às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida.

Existe uma proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho de Consolidação Territorial, formado no âmbito dos conselhos consultivo e deliberativo no Parna do Jaú e Reserva Extrativista do Rio Unini (Resex), respectivamente, para a redelimitação do Parque e da Resex que visa excluir as áreas das comunidades localizadas no interior do parque, às margens do Rio Unini, e a comunidade de Vila Nova dos limites da Resex. Em contrapartida, os limites do parque seriam ampliados para englobar os igarapés da margem direita do Rio Carabinani e da cabeceira do Rio Pauini. Entretanto, a recategorização parcial do parque em favor da Resex somente é possível através de projeto de lei que seguirá as etapas do processo legislativo.

O Conselho Consultivo do Parna do Jaú foi criado por meio da Portaria nº 14, de 18 de março de 2008. Atualmente, de acordo com a Portaria nº 225 de 05 de setembro de 2013, o Conselho é formado por 23 instituições representativas dos setores da administração pública e sociedade civil. Diversas instituições do Conselho Consultivo são parceiras do parque no desenvolvimento de ações na UC. Destaca-se a parceria de mais de 20 anos com a FVA, com as associações e organizações comunitárias dos rios Jaú e Unini e com as instituições do Mosaico do Baixo Rio Negro.

O Parna do Jaú é um referencial para a pesquisa na Amazônia e está entre as Unidades de Conservação mais pesquisadas no bioma, além de se destacar também pela visitação proporcionada aos usuários. Os roteiros se iniciam na base localizada na foz do rio Jaú e há ampla gama de atrativos disponíveis na época da seca e da cheia. No Parna do Jaú os usuários têm oportunidade de experimentar isolamento, autonomia, navegação e desafio. Além disso, as áreas ocupadas pelas comunidades locais e as paisagens também podem proporcionar outras experiências aos visitantes. Os principais segmentos de turismo são o ecoturismo, turismo de aventura, turismo de estudos e intercâmbio.

Apesar das ameaças, como caça, pesca ilegal, queimadas, danos aos petróglifos¹, prospecção mineral (cassiterita e ametista) e poluição (esgoto e lixo das comunidades), o Parna do Jaú desempenha um importante papel na conservação do bioma Amazônia, sendo o terceiro maior parque do mundo em floresta tropical úmida.

¹ Os petróglifos são representações gravadas pelo Homem em pedra ou em rochas. O termo deriva das palavras gregas petros, "pedra", e glyphein, "talhar".

PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS

Os componentes fundamentais de um plano de manejo na abordagem atual incluem uma breve descrição da UC, o propósito da UC, as declarações de significância e os recursos e valores fundamentais. Esses componentes são fundamentais porque eles geralmente não mudam com o tempo e devem ser considerados em planejamentos e esforços de manejo futuros.

PROPÓSITO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ

O propósito de uma unidade está baseado em uma análise cuidadosa da razão de sua existência, incluindo os estudos prévios a criação e a legislação, as quais influenciaram a sua implantação. A declaração de propósito estabelece o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca da unidade e vai além de apenas reafirmar o decreto de criação. Assim, o propósito do Parna do Jaú é:

“O Parque Nacional do Jaú protege importantes ilhas do rio Negro e grande parte da bacia hidrográfica do rio Jaú. Com sua rica biodiversidade amazônica e relevantes registros da ocupação humana desde o período pré-colonial até os dias atuais, atrai inúmeros visitantes do Brasil e do mundo,”

DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA

Declarações de significância expressam porque os recursos e valores da unidade de conservação são importantes o bastante para justificar a sua criação e integração ao sistema federal de unidades de conservação. Tais declarações são diretamente associadas ao propósito da unidade de conservação, e são apoiadas pelo conhecimento técnico e científico disponível, percepções culturais e consenso. Declarações de significância descrevem a natureza única da unidade, bem como por que a área é importante no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos, que podem ser especificados.

As declarações são usadas para orientar as decisões relativas ao manejo e ao planejamento a fim de garantir que os recursos e valores que contribuem com a qualificação da UC sejam preservados. As declarações de significância do Parque Nacional do Jaú são:

- O Parna do Jaú é um gigante de águas pretas no coração da Floresta Amazônica que protege grande parte da bacia do rio Jaú com uma infinidade de nascentes, igarapés, rios e cachoeiras, com destaque para a cachoeira do Carabinani com seus 18 tombos.
- O Parque possui uma diversidade de ambientes que inclui formações vegetais singulares, como os buritizais, as campinaranas e as campinas do rio Negro, extensas áreas de matas de igapó e de terra firme com seus elementos peculiares da flora. Por sua localização no interflúvio dos rios Negro e Solimões, possui plantas típicas de vegetação tanto de igapó quanto de várzea.
- O tamanho do Parna do Jaú é um indicador de sua importância na manutenção dos padrões naturais das comunidades biológicas da porção oeste da Amazônia, em particular dos ecossistemas de águas pretas, protegendo uma significativa extensão de florestas tropicais úmidas contínuas, que lhe conferiu o título de Sítio Ramsar.

- O Parna do Jaú abriga relíquias da história da ocupação humana na região do baixo Rio Negro. Foram identificados vários sítios arqueológicos com artefatos (líticos ² e cerâmicos) de datações aproximadas de 800 a 1.500 anos AP (antes do presente)³, registros deixados pelos antigos moradores pré-coloniais (os petróglifos) e registros mais recentes da época do ciclo da borracha. O material encontrado sugere que o Jaú tenha sido um rio de passagem entre as bacias do Solimões e do Negro, portanto representativo das culturas das duas áreas.
- O Parna do Jaú é um referencial para a pesquisa na Amazônia, por possuir uma relativa facilidade logística pela proximidade à Manaus, existirem bases de apoio e sistemas de trilhas estabelecidos, a existência de comunidades que apoiam os pesquisadores como guias e monitores, além de possuir um histórico de pesquisas com parceiros locais. Está entre as Unidades mais pesquisadas no bioma, destacando a importância do parque na geração de conhecimento e formação de recursos humanos para a Amazônia.
- O Parna estimula o imaginário através da sensação de isolamento, imensidão da floresta e pela natureza preservada. Permite ao visitante se desligar do mundo, admirar com tranquilidade sua biodiversidade, sentir o acolhimento dos moradores tradicionais e proporciona uma experiência diversificada, com vários estímulos sensoriais.
- A importância do Parque é reconhecida internacionalmente pelos títulos de Sítio Natural do Patrimônio da Humanidade e Sítio Ramsar. Integra a área Núcleo da Reserva da Biosfera da Amazônia Central, faz parte do Corredor Central da Amazônia e compõe o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, importantes ferramentas de gestão territorial para a conservação da natureza e valorização da unidade.
- O Parque gera importantes serviços ecossistêmicos para a sociedade, como a regulação climática e hídrica. Além disso, juntamente com as comunidades tradicionais residentes, cujas expressões culturais são celebradas nos festejos comunitários e traduzidas nas músicas compostas localmente, a UC gera serviços culturais e benefícios socioambientais para as presentes e futuras gerações.

RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Os Recursos e Valores Fundamentais (RVF) são aqueles aspectos ambientais (espécies, ecossistemas ou processos ecológicos), sociais, culturais, históricos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que, em conjunto, são representativos de toda a UC. Eles devem ser levados em conta prioritariamente durante os processos de planejamento e manejo porque são essenciais para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Os RVF são afirmações específicas baseadas em características, espécies, sistemas, processos, experiências, histórias, cenas, sons, cheiros e outros atributos da unidade de conservação que estão intimamente ligados ao seu ato legal de criação e são mais específicos que as declarações de significância. Por isso, uma das responsabilidades mais importantes dos gestores é garantir a

² Lítico é relativo à pedra.

³ AP (antes do presente) é uma medida de tempo associada a estudos de arqueologia, paleontologia e geologia, que tem como base de referência o ano de 1950.

conservação e o desfrute público dos RVF, quando for o caso, pois se forem degradados, tanto o propósito quanto a significância da unidade podem estar em risco.

Os Recursos e Valores Fundamentais do Parna do Jaú são:

A FAUNA, EM ESPECIAL OS QUELÔNIOS: O Parque Nacional do Jaú possui uma rica fauna, sendo que os quelônios (ou bichos de casco) possuem uma especial consideração por serem animais cinegéticos muito apreciados localmente para alimentação, aumentando a pressão de caça e apanha dos ovos. Destaca-se o registro de pelo menos 11 das 15 espécies de quelônios amazônicos, duas espécies terrestres - o jabuti-amarelo (*Chelonoidis denticulatus*) e o jabuti-vermelho - e nove aquáticas: mata-mata (*Chelus fimbriata*), tartaruga-do-lodo (*Kinosternon scorpioides*), charapa (*Mesoclemmys raniceps*), cabeçudo (*Peltocephalus dumerilianus*), perema (*Platemys platycephala*), irapuca (*Podocnemis erythrocephala*), tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*), iaça (*Podocnemis sextuberculata*), tracajá (*Podocnemis unifilis*) e cágado-vermelho (*Rhinemys rufipes*).



Figura 3: Tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*). Imagem: Josângela Jesus



Figura 4: Arara-canindé (*Ara ararauna*). Imagem: Mariana Leitão

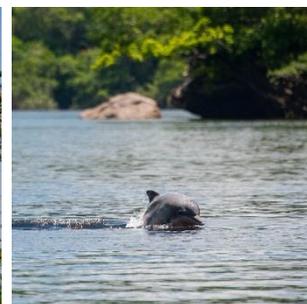


Figura 5: Tucuxi (*Sotalia fluviatilis*). Imagem: Josângela Jesus

DIVERSIDADE DE FORMAÇÕES VEGETAIS: O Parque Nacional do Jaú é caracterizado pela alta diversidade nas escalas local e regional, formando um mosaico de tipos florestais e não florestais. Inclui a floresta ombrófila densa, floresta ombrófila aberta, floresta ombrófila densa aluvial, campinas, campinaranas, floresta secundária e áreas de tensão ecológica (contato campinarana/floresta). Todo o Parque está inserido na ecorregião denominada Florestas úmidas do interflúvio Japurá-Solimões-Negro que representa 5,73% da área da Amazônia brasileira.



Figura 6: Campinarana no interflúvio Jaú-Carabinani. Imagem: Josângela Jesus



Figura 7: Macaricuias, as árvores mais antigas da Amazônia. Imagem: Josângela Jesus



Figura 8: Floresta de Igapó. Imagem: Josângela Jesus

O RIO JAÚ: O rio Jaú possui uma malha hidrográfica com cerca de 1.500 nascentes, extensão estimada em 570 km e área de drenagem de aproximadamente 10.000 km². Ele possui grande diversidade de ambientes aquáticos, como lagos, rios, igarapés e florestas alagadas. As árvores caídas, bancos submersos de serrapilheira, poços profundos nas margens externas aos meandros e florestas de igapó produzem um mosaico complexo de habitats que são explorados ecologicamente por diferentes espécies. Os igarapés Preto, Miratucu, Paunini e rio Carabinani são os tributários mais importantes do rio Jaú.

AS CACHOEIRAS DO CARABINANI: O local é destino da maioria dos visitantes: é um conjunto de 18 tombos que ficam aparentes na seca, sendo as principais: a Cachoeira do Guariba, que chega a três metros de altura na seca; a do Morcego (ou “Come Farinha”) e finalmente a Cachoeira Ipiranga. Todas ficam submersas no período da cheia. O roteiro está associado às trilhas que cruzam ambientes alterados e matas em bom estado de conservação, como a Trilha do Nazaré e as trilhas dos igapós do Carabinani, que margeiam o rio Carabinani.

AS PRAIAS: No auge do período da vazante dos rios, que vai de outubro a dezembro, o Parque possui uma infinidade de belas praias. No meio da natureza exuberante, as faixas de areias brancas vão se destacando no horizonte, cercadas pelo verde da floresta e as águas dos rios Negro, Jaú e Unini. As praias são selvagens, sem nenhuma infraestrutura. Nas partes mais rasas, as águas são quentes, transparentes, revelando a areia do fundo do rio. Na parte mais funda, ficam refrescantes, um alívio sob o sol escaldante. Além de serem ótimas opções de lazer para os visitantes, as praias também fazem parte do ciclo de vida dos quelônios aquáticos e aves.



Figura 9: Rio Jaú. Imagem: Josângela Jesus



Figura 10: Tombo do Guariba no rio Carabinani. Imagem: Josângela Jesus



Figura 11: Praia da velha. Imagem: Josângela Jesus

A CULTURA TRADICIONAL: As Comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas possuem um conjunto de saberes e práticas relacionados a sua origem, história e ao meio em que vivem: as beiras dos rios Jaú e Unini. Sua cultura é expressa de diversas formas, como nas técnicas de manejo e uso dos recursos naturais e do espaço; na fabricação de utensílios, artesanatos, embarcações e moradias tradicionais; nas práticas alimentares, produtivas, religiosas, nas músicas e festejos comunitários.



Figura 12: Embarcação tradicional. Imagem: Josângela Jesus



Figura 13: Produção de farinha. Imagem: Josângela Jesus



Figura 14: Produção de óleo de andiroba. Imagem: Josângela Jesus

OS PETROGLÍFOS (“Gravuras nas pedras”): O Parque Nacional do Jaú possui um rico patrimônio arqueológico e histórico, que pode ser observado através de registros encontrados de diferentes épocas. Os mais antigos são gravuras rupestres da época pré-colonial, os petróglifos, localizadas na foz do rio Jaú e nos pedrais do rio Carabinani e Unini. Diferentes grafismos podem ser vistos no baixar das águas, como abstratos, animais e até “cenas de parto”.



Figura 15: Petróglifo do sítio Tucubá. Imagem: Josângela Jesus



Figura 16: Petróglifo do sítio na foz do rio Jaú. Imagem: Léia Soares

PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS

Os componentes dinâmicos de um plano de manejo incluem o levantamento das necessidades de dados e planejamento, realizado a partir da análise dos recursos e valores fundamentais, da identificação das questões-chave, e da consequente priorização das necessidades de dados e planejamento. Esses componentes são denominados dinâmicos porque podem mudar com o tempo. Quando houver alterações no contexto relacionado às condições e tendências dos recursos e valores fundamentais, a análise da necessidade de dados e planejamento precisará ser revisitada e revisada, juntamente com as questões-chave. Portanto, essa parte do plano será atualizada quando houver necessidade, não havendo um prazo determinado.

LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS

Uma vez identificados os componentes fundamentais (Parte 1), é importante relacionar e avaliar a informação existente sobre os recursos e valores fundamentais (RVF) da UC e desenvolver uma análise completa das necessidades de dados e de planejamento visando proteger os RVF e

assegurar o propósito e a significância da Unidade.

A avaliação dos recursos e valores fundamentais é realizada em três etapas:

1. Análise dos recursos e valores fundamentais, que inclui o levantamento das necessidades de dados e planejamento associados a cada RVF;
2. Identificação de questões-chave e das necessidades de dados e planejamentos associadas; e
3. Priorização das necessidades de dados e das necessidades de planejamento.

As necessidades de dados são informações provenientes de inventários, estudos, atividades de pesquisa e análises para fornecer conhecimento adequado sobre as condições e tendências dos RVF da UC, bem como as informações necessárias para elaborar e executar com êxito os planejamentos necessários para a UC.

As necessidades de planejamento são definidas visando a proteção de algum RVF ou a melhoria na sua condição atual. Com base nelas, serão elaborados os planejamentos específicos ou outros planejamentos, que incluem um conjunto de estratégias, ações ou atividades destinadas a proteger os RVF, propósito e significâncias da UC.

Os planejamentos específicos são os documentos de planejamento que preveem algum tipo de intervenção na biota da UC, seja decorrente de uso direto dos recursos naturais, uso indireto, instalação de infraestruturas ou alterações necessárias para manejo e conservação de espécies e ecossistemas.

Além de estratégias e ações, os planejamentos específicos podem contemplar um conjunto de normas que orientam a gestão e o uso da área, em complementação às normas previstas no presente plano de manejo. Conforme previsto na IN 07/2017, que estabelece as diretrizes para elaboração e revisão de planos de manejo de UCs federais, após aprovados, os planejamentos específicos são automaticamente incorporados ao Plano de Manejo da UC.

Tanto os planejamentos específicos quanto os outros planejamentos devem ser desenvolvidos pela equipe da UC em conjunto com o setor do ICMBio responsável pelo assunto em questão, conforme previsto no Catálogo de Produtos e Serviços (CPS) do ICMBio.

Já os planejamentos não previstos no CPS deverão ser desenvolvidos pela equipe da UC, junto com eventuais parceiros e quando pertinente, envolvendo os setores do ICMBio que podem contribuir com o respectivo planejamento.

ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS (RVF)

A análise de recursos e valores fundamentais (RVF) é um diagnóstico que aponta as condições atuais, tendências, ameaças, necessidades de dados ou necessidades de planejamento relacionadas a cada recurso ou valor identificado durante a oficina de revisão do plano de manejo.

Durante a oficina de planejamento foram identificadas as estratégias de ação para cada RVF que, posteriormente, foram correlacionadas com os planejamentos específicos estabelecidos no Catálogo de Produtos e Serviços do ICMBio e validados na reunião do Conselho Consultivo. As necessidades de dados e de planejamentos foram estabelecidas a partir desta correlação e avaliação das pesquisas prioritárias indicadas no seminário de pesquisa do parque.

A sistematização desta análise para o Parque Nacional do Jaú encontra-se nos sete quadros a seguir, e foi elaborada com base nos diagramas constantes do Anexo 1 deste Plano de Manejo.

RVF Fauna, em especial quelônios

Na análise deste RVF, foi dado ênfase nos quelônios, tendo em vista que estes animais sofrem bastante pressão antrópica e já existem ações de monitoramento comunitário para sua conservação. Desta forma, foi considerado que os quelônios possuem médio grau de conservação nas áreas com monitoramento e baixo grau de conservação nas áreas sem monitoramento.

Os quelônios são apreciados regionalmente como fonte alimentar, sofrendo com sobre-exploração pelas comunidades ribeirinhas e tráfico para venda nos centros urbanos. O tráfico destes animais envolve tanto indivíduos adultos, quanto seus ovos. Os moradores das comunidades e o ICMBio fazem o monitoramento de praias de desova, mas o retorno das análises a partir dos resultados do monitoramento aos comunitários é considerado baixo. A tendência é que ocorra a diminuição da população nas áreas sem monitoramento e aumento nas áreas com monitoramento.

Outra ameaça a esse RVF é a falta de respeito no uso das praias e sítios de desova por condutas inapropriadas de visitantes (p.ex: quando ancoram a embarcação em cima da praia e/ou passam com voadeiras em alta velocidade), e de moradores nas praias onde ocorre o monitoramento dos quelônios.

As estratégias de ação indicadas para reduzir ou inibir os efeitos das ameaças foram: educação ambiental com foco na mobilização social; implementação de vigilância comunitária; aumentar a fiscalização; envolvimento do turismo na atividade de monitoramento de quelônios e aumento da abrangência do programa de monitoramento no Parque e no âmbito do Mosaico do Baixo Rio Negro.

É necessário mapear o fluxo de comércio e consumo de quelônios e definir indicadores de tendência deste mercado. Os planejamentos específicos sugeridos foram o Programa de Educação Ambiental; o Programa de Monitoramento da Visitação; o Plano de Fiscalização; o Plano de Uso Público; o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - MONITORA e o Plano Estratégico de Gestão Socioambiental para interface e Sobreposição Territorial.

Quadro 1: Análise do RVF “Fauna, em especial os quelônios”

Fauna, em especial quelônios	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none"> • Quelônios possuem médio grau de conservação nas áreas com monitoramento e baixo grau de conservação nas áreas sem monitoramento.
Tendência	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da população nas áreas sem monitoramento. • Aumento da população nas áreas onde tem monitoramento.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • Captura em excesso pelas comunidades. • Comércio ilegal de quelônios e seus ovos por traficantes. • Falta de respeito no uso das praias e dos sítios de desova por condutas inapropriadas na visitação, como estacionar o barco em cima da praia e passar com voadeira em alta velocidade.

	<ul style="list-style-type: none"> Falta de respeito no uso das praias e dos sítios de desova pelos moradores nas praias monitoradas.
Necessidades de dados e/ou informações geográficas	<ul style="list-style-type: none"> Mapear o fluxo de comércio ilegal e consumo de quelônios e definir indicadores de tendência do mercado.
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Educação Ambiental (foco na mobilização social). Programa de Monitoramento da Visitação. Plano de Fiscalização (considerar a vigilância comunitária). Plano de Uso Público. Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - MONITORA. Plano Estratégico de Gestão Socioambiental para Interface e Sobreposição Territorial (considerar a vigilância comunitária).

RVF Diversidade de Formações Vegetais

A condição atual das formações vegetais foi classificada como bem conservada, pois as características e funções naturais das florestas de igapó, terra firme, campinas, campinaranas e buritizais apresentam-se estáveis. Ocorre no PARNA do Jaú a retirada, em baixa escala, de madeira para construção de benfeitorias, como casas e embarcações, regulada nos rios Unini e Jaú por Termos de Compromisso, onde se localizam as áreas de uso das comunidades ribeirinhas e quilombolas. Além disso, existe o extrativismo de cipós e castanhas, para fins comerciais e uso doméstico nas comunidades.

A tendência é que ocorra a modificação de ambientes de mata com incêndios causados pelo uso do fogo por invasores em acampamentos irregulares e pelo uso do fogo sem controle e monitoramento proveniente de roçados das comunidades; o desmatamento pontual ocasionado por roçados em áreas de mata bruta; a extração seletiva de algumas espécies florestais madeireiras; e a retirada sem boas práticas para conservação do cipó titica, que acarreta na redução de seus estoques naturais e disputa por este recurso pelas comunidades.

As estratégias de ação identificadas foram: a formação de brigada voluntária; educação ambiental; campanha de boas práticas de manejo dos roçados; vigilância comunitária; recuperação das áreas e ações de prevenção a incêndios.

Dentre as oportunidades existentes foram registrados as seguintes: Sistema de Monitoramento de Uso de Recursos Naturais no Rio Unini (SIMUR) para monitorar o uso dos recursos florestais; Estudos em Florestas Alagáveis (Igapós) no Parque Nacional (Grupo MAUA/INPA⁴); Programa de Monitoramento da Biodiversidade In situ: Protocolo básico para indicadores globais em ambientes florestais, que auxilia na avaliação da qualidade dos ambientes; Plano de Monitoramento do Mosaico do Baixo Rio Negro, coordenado pela WCS, que atua nos componentes: a) Elementos da paisagem e desmatamento: florestas de terra firme, igapó, campinas, campinaranas; b) Exploração madeireira e Itaúba; Monitoramento da cobertura de vegetação de floresta de terra firme, floresta de igapó, campinas e campinarana do Mosaico do Baixo Rio Negro, coordenado pela Wildlife Conservation Society (WCS); Formação periódicas de

⁴ O MAUA é um grupo de pesquisa com sede na cidade de Manaus, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e desde 1985 se dedica a estudar e gerar conhecimento sobre as Áreas Úmidas brasileiras em especial as amazônicas.

brigadas no município de Novo Airão e comunidades; Possibilidade de parcerias para ações de combate e prevenção de incêndios, especialmente com o PrevFogo/Ibama - Roraima que tem instrumentos e expertise no tema; Parcerias estabelecidas localmente com defesa civil de Novo Airão, Unidades de Conservação do Mosaico, no âmbito estadual com o corpo de bombeiros, defesa civil e SEMA, Comitê que coordenada ações de combate e prevenção de incêndios no estado; Regular o uso do cipó titica através do Termo de Compromisso e ações que constam no Plano de Manejo da RESEX do Rio Unini.

Os planejamentos específicos sugeridos foram o Programa de Voluntariado; Programa de Educação Ambiental; Plano de Manejo Integrado do Fogo; Plano Estratégico de Gestão Socioambiental para Interface e Sobreposição territorial e Plano de Restauração de Área Degradadas. As necessidades de dados indicadas foram: realização de Pesquisas relacionadas à valoração e serviços ecossistêmicos (condição atual); Mapeamento de áreas queimadas e desmatadas e avaliar o Efeito do fogo sobre os ecossistemas (tendência).

Quadro 2: Análise do RVF “Diversidade de Formações Vegetais”

Diversidade de Formações Vegetais	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none"> • Bem conservada
Tendências	<ul style="list-style-type: none"> • Modificação de ambientes de mata com o aumento da ocorrência de incêndios. • Perda de cobertura vegetal pela abertura de roçados em áreas de mata bruta. • Redução de estoques naturais de cipó titica pelo uso sem manejo. • Redução da disponibilidade do cipó titica na área de uso ocasionando disputa do recurso pelas comunidades.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • Uso do fogo gerado por invasores em acampamentos irregulares. • Fogo sem controle proveniente de roçados das comunidades. • Desmatamento pontual ocasionado por roçados em áreas de mata bruta. • Retirada sem manejo do cipó titica. • Extração seletiva das principais espécies
Necessidades de dados e/ou informações geográficas	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas relacionadas à valoração e serviços ecossistêmicos (condição atual). • Mapear de áreas queimadas e desmatadas. • Avaliar o efeito do fogo sobre os ecossistemas (tendência).
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Voluntariado (formação de brigadista voluntaria). • Programa de Educação Ambiental; • Plano de Manejo Integrado do Fogo (ações de prevenção a incêndios; campanha de boas práticas de manejo dos roçados); • Plano Estratégico de Gestão Socioambiental para Interface e Sobreposição territorial (Vigilância comunitária). • Plano de Restauração de Área Degradadas.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Monitoramento de Uso de Recursos Naturais no Rio Unini (SIMUR) para monitorar o uso dos recursos florestais; • Estudos em Florestas Alagáveis (Igapós) no Parque Nacional (INPA/Grupo MAUA); • Programa de Monitoramento da Biodiversidade In situ: Protocolo básico para indicadores globais em ambientes florestais, que auxilia na avaliação da qualidade dos ambientes; • Plano de Monitoramento do Mosaico do Baixo Rio Negro, coordenado pela WCS, que atua nos componentes: a) Elementos da paisagem e desmatamento: florestas de terra firme, igapó, campinas, campinaranas; b) Exploração madeira e Itaúba; • Monitoramento da cobertura de vegetação de floresta de terra firme, floresta

	<p>de igapó, campinas e campinarana do Mosaico do Baixo Rio Negro, coordenado pela WCS;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação periódicas de brigadas no município de Novo Airão e comunidades, realizadas tanto pelo ICMBio quanto por parceiros locais; • Existência do Programa de Prevenção e Combate do PrevFogo/Ibama – Roraima possibilitando parcerias para ações de combate e prevenção de incêndios florestais; • Parcerias estabelecidas localmente com defesa civil de Novo Airão, Unidades de Conservação do Mosaico; no âmbito estadual com o corpo de bombeiros, defesa civil e SEMA; • Comitê que coordenada ações de combate e prevenção de incêndios no estado; • Existência do Plano de Manejo do Rio Unini e do Termo de Compromisso que poderão subsidiar a regulação do uso do cipó titica.
--	---

RVF Rio Jaú

Foi avaliado que o Rio Jaú está em bom estado de conservação, embora sofra impactos decorrentes dos incêndios que destroem as matas ciliares, associados ao tráfico de fauna, abertura de áreas para agricultura de subsistência (roçados) e de locais para desova de quelônios. Além disso, o rio recebe os resíduos sólidos gerados pelos comunitários residentes na UC.

A tendência é que os incêndios reduzam as matas ciliares e que a pesca ilegal contribua para a redução dos estoques pesqueiros na UC. Além disso, a falta de coleta de lixo e de saneamento básico podem afetar a qualidade da água do rio e, conseqüentemente, causar problemas na saúde dos moradores e visitantes. Ainda há registros de prospecção de lavra mineral com intuito de indicar se a área é promissora ou não para exploração comercial de minérios, sendo considerada uma ameaça que poderá afetar diretamente a qualidade da água do Rio Jaú e a vida dos moradores locais.

A construção de estruturas ecológicas de saneamento, a implementação de programa de destinação de resíduos sólidos, o ordenamento da visitação, o aumento das ações de fiscalização e as ações de educação ambiental foram apontadas como estratégias para minimizar os efeitos das ameaças no Rio Jaú. As oportunidades apontadas foram o potencial das atividades de Uso Público como forma de sensibilização ambiental e a inclusão das ações do Programa Jovens Protagonistas para mobilização e conscientização ambiental no Programa de Educação Ambiental.

Foi identificada a necessidade de avaliar o fluxo do comércio e consumo de quelônios e a identificação de indicadores de tendência deste mercado, bem como levantar dados e informações sobre a prospecção mineral. Os planejamentos específicos indicados foram: o Plano de Articulação de Políticas Públicas (a Coordenação de Articulação de Políticas para Comunidades Tradicionais - COPCT/ICMBio - faz articulação com outros órgãos para acesso às políticas públicas - serviços); o Plano Estratégico de Gestão Socioambiental para Interface e Sobreposição territorial; o Plano de Uso Público; o Plano de Fiscalização e o Programa de Educação Ambiental.

Quadro 3: Análise do RVF “Rio Jaú”

Rio Jaú	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none"> • Alto grau de conservação
Tendências	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de mata ciliar, da qualidade de água e dos estoques pesqueiros. • Problemas de saúde para os moradores e visitantes.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • Descarte inadequado de resíduos e efluentes. • Utilização de fogo sem manejo adequado. • Presença ilegal de traficantes de quelônios, pirarucu e animais silvestres que também fazem uso do fogo na UC. • Tráfico de alevino de aruanã. • Florestas atingidas por fogo. • Prospecção de lavra mineral no entorno. • Falta de saneamento nas comunidades
Necessidades de dados e/ou informações geográficas	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear o fluxo de comércio ilegal e consumo de quelônios e definir indicadores de tendência do mercado. • Levantar dados sobre a prospecção mineral.
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de articulação de Políticas Públicas (articular construção de estruturas de saneamento ecológico e Programa de destinação dos resíduos). • Plano Estratégico de Gestão Socioambiental para Interface e Sobreposição Territorial. • Plano de Uso Público. • Plano de Fiscalização. • Programa de Educação Ambiental (incluindo o desenvolvimento do Programa Jovens Protagonistas para mobilização e conscientização ambiental).

RVF Praias

As praias localizadas no Rio Negro, em área do Parque, estão em bom estado de conservação, mantendo suas características físicas e ecológicas. Há registro de baixa poluição por lixo, podendo ser encontrados resíduos provenientes de embarcações que transitam na área, de comunidades que ficam à montante e pontualmente de usuários das praias. As praias são utilizadas por aves migratórias e não migratórias. Foi constatado que, com a intensificação da fiscalização e monitoramento das praias, aumentou o número de desovas de quelônios, especialmente das tartarugas-da-Amazônia. No entanto, ainda ocorre o roubo de ovos dos ninhos localizados nas praias. As praias da Velha, Gaivota e Maquipana são utilizadas como ponto de apoio para pesca ilegal e captura de quelônios com rede.

A tendência é a degradação das praias e diminuição das populações de quelônios pela apanha excessiva dos ovos. Deve ser dada continuidade nas ações de fiscalização e monitoramento das praias para que as praias se mantenham em bom estado de conservação.

As ameaças que afetam as praias são ocasionadas pelo uso do arrastão para pesca de quelônios, a retirada dos ovos de quelônios, o potencial de exploração comercial de areia em área contígua ao parque, o turismo desordenado que gera um conflito com o monitoramento de quelônios e lixo nas praias. A pesca de lance do jaraqui que ocorre em frente as praias também foi elencada

como uma ameaça por aumentar a movimentação de pessoas nas praias, por vezes impedindo as fêmeas de desovarem; possibilidade de ocorrência de pisoteio e engate acidental de quelônios em redes de pesca; bem como o aumento da apanha ilegal das fêmeas e seus ovos. Outro destaque foi o fato de as praias serem utilizadas por traficantes de drogas para esconder ilícitos.

As estratégias de ação indicadas foram a sinalização das praias, a divulgação e comunicação nas redes sociais da UC e dos colaboradores, manter as ações de fiscalização, fazer o ordenamento do uso público (calendário do monitoramento – tartarugômetro), fazer o uso do monitoramento dos quelônios para o uso público, com potencial de geração de renda e sensibilização dos visitantes. Além disso, formalizar parcerias com condutores, associações e empresas ligadas ao uso público.

Os planejamentos específicos sugeridos foram: o Projeto de Sinalização; o Projeto Interpretativo; o Programa de Voluntariado; o Plano de comunicação; o Plano de Fiscalização; o Projeto de Visitação com Objetivo Educacional e o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade- MONITORA. Não foram identificadas necessidades de dados e/ou informações geográficas.

Quadro 4: Análise do RVF “Praias”

Praias	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none"> • Bom estado de conservação
Tendências	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação das praias. • Diminuição das populações de quelônios.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • Uso da praia para captura de quelônios e pesca. • Retirada dos ovos de quelônios, • Uso da praia para esconder ilícitos, pois as praias estão localizadas em rota do tráfico de drogas. • Turismo desordenado (conflito com o monitoramento de quelônios, lixo). • Potencial de exploração comercial de areia em área contígua ao parque. • Potencial de ocorrência de pesca de lance na frente das praias, que já ocorre no entorno do Parque.
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de sinalização (incluindo sinalização nas praias). • Projeto Interpretativo. • Programa de Voluntariado. • Plano de comunicação (divulgação e comunicação nas redes sociais da UC e dos colaboradores). • Plano de Fiscalização. • Projeto de Visitação com objetivo educacional (uso do monitoramento dos quelônios para o uso público, com potencial de geração de renda e sensibilização dos visitantes; calendário do monitoramento – tartarugômetro). • Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade- MONITORA.

RVF Cachoeiras do Carabinani

O rio e as cachoeiras do Carabinani estão bem conservados. Entretanto, há registro de abertura de áreas para instalação de acampamentos rústicos nas margens do rio e igapós por caçadores vindos da sede municipal de Novo Airão. É possível também identificar vestígios de passagem e alimentação por traficantes nos pedrais das corredeiras e margens do rio.

Algumas Áreas de Preservação Permanente (APP) foram atingidas por incêndios associados ao tráfico de fauna, principalmente quelônios. Destaque para o Lago do Santo Antônio, que periodicamente tem áreas de igapó queimadas. Na região também ocorre a pesca ilegal com uso de bombas nos lagos, feita por invasores vindos de Novo Airão, envolvidos com tráfico de animais silvestres, em especial quelônios e pirarucu. Existem conflitos entre os usuários da área (colaboradores, visitantes e traficantes) e as instalações para hospedagem para visitantes é quase inexistente, possuindo um redário em más condições de uma família ribeirinha do entorno do Parque.

Diante do contexto, a tendência é que ocorra a redução da visitação pública no parque e diminuição de algumas espécies de animais silvestres, principalmente quelônios e pirarucu. A perda da qualidade da água também pode afetar a saúde de visitantes e moradores locais. A qualidade de vida dos moradores locais pode ser reduzida pela diminuição de alimentos disponíveis (como peixes e quelônios) e pelo risco de contato com traficantes.

As estratégias de ação indicadas para reduzir os impactos negativos das ameaças que afetam o RVF Cachoeiras do Carabinani são: aumento da fiscalização, ampliação dos limites do parque para a margem direita do rio, capacitação dos condutores, mutirão de limpeza e dedetização nas áreas de pernoite, ordenamento da visitação e estímulo a melhorias das estruturas para hospedagem.

Dentre as oportunidades, existe a boa relação entre o ICMBio e a família residente no Rio Carabinani, abrindo diálogo sobre proteção, uso sustentável dos recursos naturais e turismo sustentável. Outra oportunidade é a parceria com o Parque Estadual do Rio Negro – Setor Norte que oferece oportunidade de tomar decisões e trabalhar em conjunto temas de proteção, uso público e monitoramento da biodiversidade no rio Carabinani. Os planejamentos específicos sugeridos foram o Plano de redelimitação e ampliação da UC (Processo de redefinição de limites da UC via COCUC - serviços); a Capacitação pela COEST/DOVIS; o Plano de Uso Público e o Plano de Fiscalização. Não foram identificadas necessidades de dados e/ou informações geográficas.

Quadro 5: Análise do RVF “Cachoeiras do Carabinani”

Cachoeiras do Carabinani	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none">• Bom estado de conservação
Tendências	<ul style="list-style-type: none">• Diminuir a visitação (imagem negativa do parque).• Redução de estoques de peixes, quelônios e outras, devido aos incêndios florestais e o desmatamento de igapós e margens dos rios• Perda da qualidade da água, trazendo prejuízos a saúde de visitantes e moradores locais.• pesca ilegal com uso de bombas nos lagos• A qualidade de vida dos moradores locais pode ser reduzida pela diminuição de alimentos disponíveis e pela passagem de invasores.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none">• Pesca com uso de bomba nos lagos.• Tráfico intenso de quelônios e animais silvestres.• Incêndios florestais em Áreas de Preservação Permanente.

Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de redelimitação e ampliação da UC (ampliação dos limites do Parque para a margem direita do rio Carabinani). • Capacitação de condutores pela COEST/DOVIS. • Plano de Uso Público (organizar limpeza e dedetização nas áreas de pernoite. • Plano de fiscalização.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Boa relação entre o ICMBio e a família residente no Rio Carabinani. • Parceria com o Parque Estadual do Rio Negro.

RVF Cultura Tradicional

A cultura tradicional das comunidades está sendo perdida porque os jovens não demonstram interesse e os adultos não têm incentivado a valorização cultural das comunidades. As comunidades apresentam diferentes graus de organização e mobilização social, sendo que em algumas a desorganização prejudica o seu desenvolvimento cultural e socioeconômico. Muitos jovens estão migrando das comunidades para os centros urbanos em busca de acesso a políticas públicas e melhor qualidade de vida.

A tendência é o aumento da migração dos jovens para as sedes municipais em busca de acesso a políticas públicas e novas oportunidades, o que pode contribuir para perda da identidade cultural. A falta de interesse dos jovens pela vida rural contribuirá para a perda do conhecimento tradicional no cultivo de roças, extrativismo e pesca. Além disso, pode ocorrer a extinção de comunidades pela ausência da implementação de políticas públicas locais e pela situação de moradias em unidade de proteção integral.

A falta de valorização e incentivo pela própria comunidade foi indicada como uma ameaça ao RVF Cultura Tradicional. As comunidades não valorizam a sua cultura tradicional, adultos não incentivam os jovens a se envolver nas manifestações culturais. As comunidades do rio Jaú se sentem inseguras em relação ao uso dos recursos naturais para atividades de subsistência, renda e culturais, apesar da existência do Termo de Compromisso que não abrange todos os usos feitos pelas comunidades. Falta apoio à organização e capacitação das comunidades para a utilização sustentável dos recursos naturais, como o arumã. A invasão e retirada dos recursos naturais (castanha e cipós) pelos moradores das comunidades, vizinhas entre si, geram conflitos. A falta de acesso às políticas públicas de saúde, educação e comercialização de alimentos são fatores que prejudicam a permanência dos jovens na comunidade, fazendo com que não ocorra a transferência cultural tradicional entre as gerações da comunidade. também impactam negativamente a cultura tradicional.

As Estratégias de Ação indicadas para amenizar os efeitos das ameaças seria: continuar com o projeto Jovens Protagonistas; estabelecer estratégias de proteção da cultura local; promover cursos de boas práticas para manejo de recursos naturais (arumã, castanha etc.); trabalhar resgate e valorização da história e cultura local; promover empoderamento das mulheres; ajustar e gerir os termos de compromisso; fortalecer o conselho gestor da unidade e a organização comunitárias para buscar direitos.

Dentre as oportunidades existentes na UC destacam-se o Projeto Jovens Protagonistas que vem sendo desenvolvido desde 2013 com o objetivo de mobilizar e formar novas lideranças e a atuação da Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU), da Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini (COOMARU), da Associação de Moradores Remanescente de

Quilombos da Comunidade do Tambor (AMRQ-Tambor/AM) e da Fundação Vitória Amazônica (FVA) que são importantes parceiros no desenvolvimento de ações para organização comunitária, valorização cultural e geração de renda. O Turismo de Base Comunitária também é uma estratégia de resgate e valorização cultural que está sendo desenvolvido no parque.

Foi identificada a necessidade de avaliação, monitoramento e pesquisas relacionadas a efetividade dos Termo de Compromisso. Existe também a necessidade de pesquisa e monitoramento epidemiológico da raiva nas populações de morcegos hematófagos que poderá afetar a saúde dos visitantes e dos moradores. Os planejamentos sugeridos foram: o Programa de Voluntariado; o Plano de valorização da cultura tradicional; o Plano de Uso dos Recursos Naturais; os Termos de Compromisso via COGCOT (serviço); o apoio a implementação e capacitação do conselho via DGPEA (serviço); o Plano Estratégico de Gestão Socioambiental para Interface e Sobreposição Territorial.

Quadro 6: Análise do RVF “Cultura Tradicional”

Cultura tradicional	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none"> • A cultura tradicional está sendo esquecida
Tendências	<ul style="list-style-type: none"> • A tendência é o aumento da migração dos jovens para as sedes municipais em busca de acesso a políticas públicas e novas oportunidades, o que acarretará a perda da identidade cultural. • Extinção de comunidades pela ausência de boas políticas públicas locais e pela situação de moradias em unidade de proteção integral. • Perda da identidade cultural pela falta de interesse dos jovens pela vida rural, como cultivo de roças, extrativismo e pesca.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • As comunidades não valorizam a sua cultura tradicional, adultos não incentivam os jovens a se envolver nas manifestações culturais. • As comunidades do rio Jaú se sentem inseguras em relação ao uso dos recursos naturais para atividades de renda e culturais, como o artesanato de cipós, apesar de existir o Termo de Compromisso. • Falta apoio à organização e capacitação das comunidades para a utilização sustentável dos recursos naturais, como o arumã. • Ausência de políticas públicas de qualidade, como saúde e educação. • Dificuldade de acesso a serviços básicos, como comercialização de alimentos. • Conflitos de áreas de uso entre comunidades afetam as alternativas de renda destas, como a exploração de castanha e cipós.
Necessidades de dados e/ou informações geográficas	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação, monitoramento e pesquisas de suporte do Termo de Compromisso. • Pesquisa e monitoramento epidemiológico da raiva nas populações de morcegos hematófagos que poderá afetar a saúde dos visitantes e moradores
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Voluntariado. • Plano de valorização da cultura tradicional (dar continuidade ao trabalho com jovens; promover empoderamento das mulheres) • Plano de Uso dos Recursos Naturais (promover cursos de boas práticas para manejo de recursos (arumã, castanha etc.). • Termos de Compromisso via COGCOT (serviço) • Apoio a implementação e capacitação do conselho via DGPEA (serviço). • Plano Estratégico de Gestão Socioambiental para Interface e Sobreposição Territorial (apoio no fortalecimento da organização comunitária).
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Jovens Protagonistas. • Iniciativas de Turismo de Base Comunitária.

RVF Petróglifos

Foi avaliado que os Petróglifos estão se deteriorando pelo uso público desordenado e intemperismo. A tendência é que a deterioração destes registros históricos continue. As maiores ameaças são o intemperismo (chuva, sol e vento), que degradam naturalmente os petróglifos e o uso público desordenado que causa a degradação do RVF pelo pisoteamento e atracação de embarcações nos pedrais. Além disso, alguns usuários (moradores do entorno e invasores) riscam os petróglifos contribuindo para a destruição desse recurso.

As ações estratégicas indicadas para a preservação dos petróglifos foram: incentivar pesquisa para análise e registro na UC; estabelecer o ordenamento desta visitação (incluir sinalização); promover a valorização dos petróglifos junto as comunidades; fazer o monitoramento comunitário dos petróglifos; promover educação patrimonial com moradores e usuários; incluir o sítio São João na área do parque e promover o resgate histórico, cultural, arqueológico e artístico (reativação do IPHA).

As oportunidades apontadas foram a existência de Plano de Uso Público vigente e a pesquisa arqueológica existente com informações sobre os petróglifos, como oportunidade de interpretação ambiental para atividades de valorização cultural, geração de renda e uso público.

As necessidades de dados indicadas foram a análise e registro dos petróglifos; realizar estudo dos atrativos e potenciais turísticos do parque e monitoramento dos impactos de visitação. Os planejamentos específicos sugeridos são o Plano de Pesquisa, o Plano de Uso Público, o Plano Interpretativo e Plano de Sinalização e o Projeto de Visitação com Objetivo Educacional.

Quadro 7: Análise do RVF Petróglifos do Parque Nacional do Jaú”

Petróglifos	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none">Estão se deteriorando pelo uso desordenado e intemperismo.
Tendências	<ul style="list-style-type: none">Os petróglifos irão se deteriorar e estes registros históricos se perderão.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none">O intemperismo (chuva, sol e vento) degradam naturalmente os petróglifos.O uso desordenado dos petróglifos (pisoteamento, atracação de embarcações nos pedrais e riscos/gravuras) causa a sua degradação.
Necessidades de dados e/ou informações geográficas	<ul style="list-style-type: none">Análise e registro dos petróglifos.Realizar estudo dos atrativos e potenciais turísticos do parque.Monitoramento dos impactos de visitação (pensar em monitoramento comunitário dos petróglifos).
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none">Plano de Pesquisa.Plano de Uso Público.Plano Interpretativo (promover educação patrimonial com moradores e usuários).Plano de Sinalização.Projeto de Visitação com objetivo educacional (promover valorização dos petróglifos junto as comunidades; buscar a inclusão do sítio São João na área do parque e promover o resgate histórico, cultural, arqueológico e artístico - reativação do IPHA).
Oportunidade	<ul style="list-style-type: none">Plano de Uso Público e Interpretativo vigente.Pesquisas sobre petróglifos realizadas na região.

QUESTÕES-CHAVE

As questões-chave descrevem dificuldades enfrentadas pela gestão da unidade, impedindo que esta seja efetiva. Normalmente, são gargalos de gestão para efetiva consolidação da UC. Elas são complementares aos recursos e valores fundamentais e podem abordar assuntos cruciais não diretamente ligados ao propósito e significância, mas que os afetem indiretamente. Normalmente, uma questão-chave é um problema que pode ser abordado por um esforço de planejamento futuro ou uma necessidade de captação de dados e que exige uma decisão de gestão.

Para o Parque Nacional do Jaú, foram identificadas quatro questões-chave necessárias para adequada implementação do Plano de Manejo como um todo, conforme apresentado no Quadro 8.

Quadro 8: Questões-Chave do Parque Nacional do Jaú

QUESTÕES-CHAVE - NECESSIDADE DE DADOS E PLANEJAMENTOS	
Questão-chave: Recursos humanos insuficientes	
Necessidade de Planejamento	Planejamento para o incremento da força de trabalho
Necessidade de Dados	Não identificada necessidade de dados para este planejamento.
Questão-chave: Recursos financeiros limitado	
Necessidade de Planejamento	Planejamento para o incremento dos recursos financeiros para atividades de monitoramento, uso público e gestão socioambiental
Necessidade de Dados	Não identificada necessidade de dados para este planejamento.
Questão-chave: Infraestrutura para apoio a gestão ineficaz	
Necessidade de Planejamento	Programa de necessidades para obras e serviços de engenharia (manutenção, reforma e construção)
Necessidade de Dados	Não identificada necessidade de dados para este planejamento.
Questão-chave: Articulação interinstitucional	
Necessidade de Planejamento	Plano de integração dos instrumentos de gestão das UC do Mosaico do Baixo Rio Negro
Necessidade de Dados	Não identificada necessidade de dados para este planejamento.

As questões-chave elencadas para o Parque Nacional do Jaú são aquelas que transpassam e influenciam todos os planejamentos e a implementação do Plano de Manejo como um todo. Destacou-se a necessidade de incremento da força de trabalho e de recursos financeiros (especialmente para as ações de monitoramento da biodiversidade, uso público, gestão socioambiental e apoio a produção sustentável) para a gestão da UC. Desta forma, planejamentos para incremento da força de trabalho e de recursos financeiros para o Parque são fundamentais, sendo que não estão no Catálogo de Produtos (CPS) e Serviços do ICMBio e devem ser elaborados e executados pela equipe gestora.

Outra questão-chave levantada foi a necessidade de melhorias, reformas e manutenção das infraestruturas do Parna do Jaú. Foi elencado o Programa de necessidades para obras e serviços de engenharia do CPS.

Há necessidade de um plano de integração dos diferentes instrumentos de gestão das Unidades de Conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro (não previsto no CPS), como por exemplo o Plano do Mosaico e o Plano da Reserva da Biosfera da Amazônia Central. Para esse planejamento a articulação interinstitucional é essencial.

PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS

Considerando as lacunas de dados e planejamento elencadas e os desafios para a sua implementação, é necessário realizar uma classificação por ordem de prioridade de execução. A construção de uma lista de prioridades ajuda a UC a concentrar seus esforços na proteção de recursos e valores fundamentais e, conseqüentemente, na sua significância, no seu propósito e a abordar suas questões de manejo mais importantes.

Primeiramente, as necessidades de planejamento e de dados que eram similares ou complementares entre si foram unidas para agrupar a informação e facilitar a análise. A partir desse agrupamento, foi realizada a priorização das necessidades de planejamentos com a pergunta orientadora: A execução do planejamento favorece a diminuição das ameaças e resolução conflitos?

Os participantes da reunião do Conselho Consultivo votaram em cinco necessidades de planejamento com suas necessidades de dados vinculadas. Foi utilizado um formulário impresso para a votação e após a finalização, as necessidades de planejamentos e dados foram ranqueadas e então classificadas quanto a prioridade, em alta, média ou baixa. Optou-se por agrupar os dados em intervalos de classes.

A partir do agrupamento dos resultados em três classes, ficou definido como prioridade baixa, os planejamentos que receberam de zero a cinco votos; prioridade média os que receberam de seis até dez votos; e prioridade alta os planejamentos que receberam acima de onze a dezesseis votos (número de votos mais alto). Os quadros 9 e 10 apresentam os resultados da priorização:

Quadro 9: Resumo dos resultados da priorização das necessidades de planejamento

CONTEXTO DA AVALIAÇÃO	PRIORIDADE ALTA	PRIORIDADE MÉDIA	PRIORIDADE BAIXA
Necessidades de planejamentos (21)*	3 (14,29 %)	6 (28,57 %)	12 (57,14%)

* As necessidades de planejamento elencadas para as questões-chave não fizeram parte da atividade de priorização, sendo consideradas transversais e fundamentais para boa implementação do Plano de Manejo.

Quadro 10: Priorização das necessidades de planejamento e dados associados

NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	NECESSIDADE DE DADOS VINCULADA AO RVF	RVF ASSOCIADO	PRIORIDADE	TIPO DE PLANEJAMENTO
Plano de Uso dos Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none">Avaliação, monitoramento e pesquisas de suporte do Termo de Compromisso.Pesquisa e monitoramento epidemiológico da raiva nas populações de morcegos hematófagos.	- Cultura Tradicional.	ALTA	PE

Plano de Manejo Integrado do Fogo	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas relacionadas à valoração e serviços ecossistêmicos. • Mapeamento de áreas queimadas e desmatadas. • Avaliar o efeito do fogo sobre os ecossistemas. 	- Diversidade de formações vegetais.	ALTA	PE
Plano de redelimitação e ampliação da UC		- Cachoeiras do Carabinani. - Petróglifos.	ALTA	CPS
Plano Estratégico de Gestão Socioambiental para Interface e Sobreposição Territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear o fluxo de comércio ilegal e consumo de quelônios e definir indicadores de tendência do mercado. • Pesquisas relacionadas à valoração e serviços ecossistêmicos. • Mapear de áreas queimadas e desmatadas. • Avaliar o efeito do fogo sobre os ecossistemas. • Levantar dados sobre a prospecção mineral. 	- Fauna (quelônios). - Diversidade de formações vegetais; - Rio Jaú. - Cultura Tradicional.	MÉDIA	PE
Plano de Restauração de Área Degradadas	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas relacionadas à valoração e serviços ecossistêmicos. • Mapear de áreas queimadas e desmatadas. • Avaliar o efeito do fogo sobre os ecossistemas. 	- Diversidade de formações vegetais.	MÉDIA	PE
Plano de valorização da cultura tradicional	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação, monitoramento e pesquisas de suporte do Termo de Compromisso. • Pesquisa e monitoramento epidemiológico da raiva nas populações de morcegos hematófagos. 	- Cultura Tradicional.	MÉDIA	N
Plano de capacitação para condutores de visitantes		- Cachoeiras do Carabinani.	MÉDIA	CPS
Plano de Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear o fluxo de comércio ilegal e consumo de quelônios e definir indicadores de tendência do mercado. 	- Fauna (quelônios); - Praias. - Cachoeiras do Carabinani.	MÉDIA	CPS

Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade-MONITORA	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear o fluxo de comércio e consumo de quelônios e definir indicadores de tendência do mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fauna (quelônios). - Praias. 	MÉDIA	CPS
Plano de Pesquisa e Gestão da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e registro dos petróglifos. • Realizar estudo dos atrativos e potenciais turísticos do parque. • Monitoramento dos impactos de visitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Petróglifos. 	BAIXA	PE
Planejamento para Termos de Compromisso	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação, monitoramento e pesquisas de suporte do Termo de Compromisso. • Pesquisa e monitoramento epidemiológico da raiva nas populações de morcegos hematófagos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura Tradicional. 	BAIXA	CPS
Plano de comunicação		<ul style="list-style-type: none"> - Praias 	BAIXA	N
Plano de Uso Público	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear o fluxo de comércio ilegal e consumo de quelônios e definir indicadores de tendência do mercado. • Levantar dados sobre a prospecção mineral. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fauna (quelônios); - Rio Jaú. - Cachoeiras do Carabinani. - Petróglifos. 	BAIXA	PE
Plano para implementação do conselho gestor	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação, monitoramento e pesquisas de suporte do Termo de Compromisso. • Pesquisa e monitoramento epidemiológico da raiva nas populações de morcegos hematófagos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura tradicional. 	BAIXA	CPS
Programa de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear o fluxo de comércio e consumo de quelônios e definir indicadores de tendência do mercado. • Pesquisas relacionadas à valoração e serviços ecossistêmicos. • Mapear de áreas queimadas e desmatadas. • Avaliar o efeito do fogo sobre os ecossistemas. • Levantar dados sobre a prospecção mineral. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fauna (quelônios). - Diversidade de formações vegetais. - Rio Jaú. 	BAIXA	CPS

Programa de Monitoramento da visitação	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear o fluxo de comércio e consumo de quelônios e definir indicadores de tendência do mercado. 	- Fauna (quelônios).	BAIXA	CPS
Projeto de Visitação com Objetivo Educacional	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e registro dos petróglifos. • Realizar estudo dos atrativos e potenciais turísticos do parque. • Monitoramento dos impactos de visitação. 	- Praias. - Petróglifos.	BAIXA	CPS
Plano de articulação de Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear o fluxo de comércio e consumo de quelônios e definir indicadores de tendência do mercado. • Levantar dados sobre a prospecção mineral. 	- Rio Jaú.	BAIXA	CPS
Projeto de sinalização	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e registro dos petróglifos. • Realizar estudo dos atrativos e potenciais turísticos do parque. • Monitoramento dos impactos de visitação. 	- Praias. - Petróglifos.	BAIXA	CPS
Projeto Interpretativo	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e registro dos petróglifos. • Realizar estudo dos atrativos e potenciais turísticos do parque. • Monitoramento dos impactos de visitação. 	- Praias. - Petróglifos.	BAIXA	CPS
Programa de Voluntariado	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas relacionadas à valoração e serviços ecossistêmicos (condição atual). • Mapear de áreas queimadas e desmatadas. • Avaliar o efeito do fogo sobre os ecossistemas. 	- Diversidade formações vegetais. - Praias. - Cultura Tradicional.	BAIXA	CPS

PE – Planejamentos específicos; CPS – Demais planejamentos previstos no Catálogo de Produtos e Serviços; N – Planejamentos não previstos no Catálogo de Produtos e Serviços.

PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS

Os componentes normativos do plano de manejo estabelecem o zoneamento, as normas das zonas e as normas gerais que devem presidir o uso da UC e o manejo dos recursos naturais, conforme previsto na Lei nº 9.985/2000 (SNUC). Também incluem os atos legais e administrativos que influenciam no ordenamento e uso da UC.

ZONEAMENTO

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, ao estabelecer usos

diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos. É usado como recurso para se atingir os melhores resultados no manejo de uma unidade de conservação. De acordo com a Lei do SNUC (Lei nº 9985/2000), zoneamento é:

Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

Assim, uma zona é uma parte do território que determina o manejo a fim de garantir que as ações tomadas sejam compatíveis com o propósito da unidade e levem à proteção de seus recursos e valores fundamentais.

Conforme preconiza o Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2018), o zoneamento do Parque Nacional do Jaú foi proposto durante a oficina de revisão do Plano de Manejo, quando foram definidos os principais critérios para delimitações das poligonais e criação das normas específicas de cada zona. Os refinamentos, inclusive o detalhamento da definição dos locais de transição entre as zonas, ocorreram após a oficina, com base em interpretação de imagens de satélite, visitas de campo, reuniões da equipe de planejamento com a CGEUP e COGCOT, reuniões com moradores das comunidades dos Rios Jaú e Unini e com o Conselho Consultivo da UC.

O zoneamento do Parque Nacional do Jaú, é composto por seis zonas e uma proposta de zona de amortecimento, conforme descritas no quadro 11 e retratadas nas figuras 17 e 24.

Quadro 11: Descrição das zonas de manejo do Parque Nacional do Jaú

Nome da zona	Área da zona (ha)	Percentual da zona
Zona de Preservação	582.129,64	24,58
Zona de Conservação	630.783,25	26,64
Zona de Sobreposição Territorial	722.547,86	30,52
Zona de Uso Divergente	275.689,62	11,64
Zonas de Uso Moderado	139.631,33	5,90
Zona de Infraestrutura	17.058,29	0,72
Zona de Amortecimento	315.097,00	

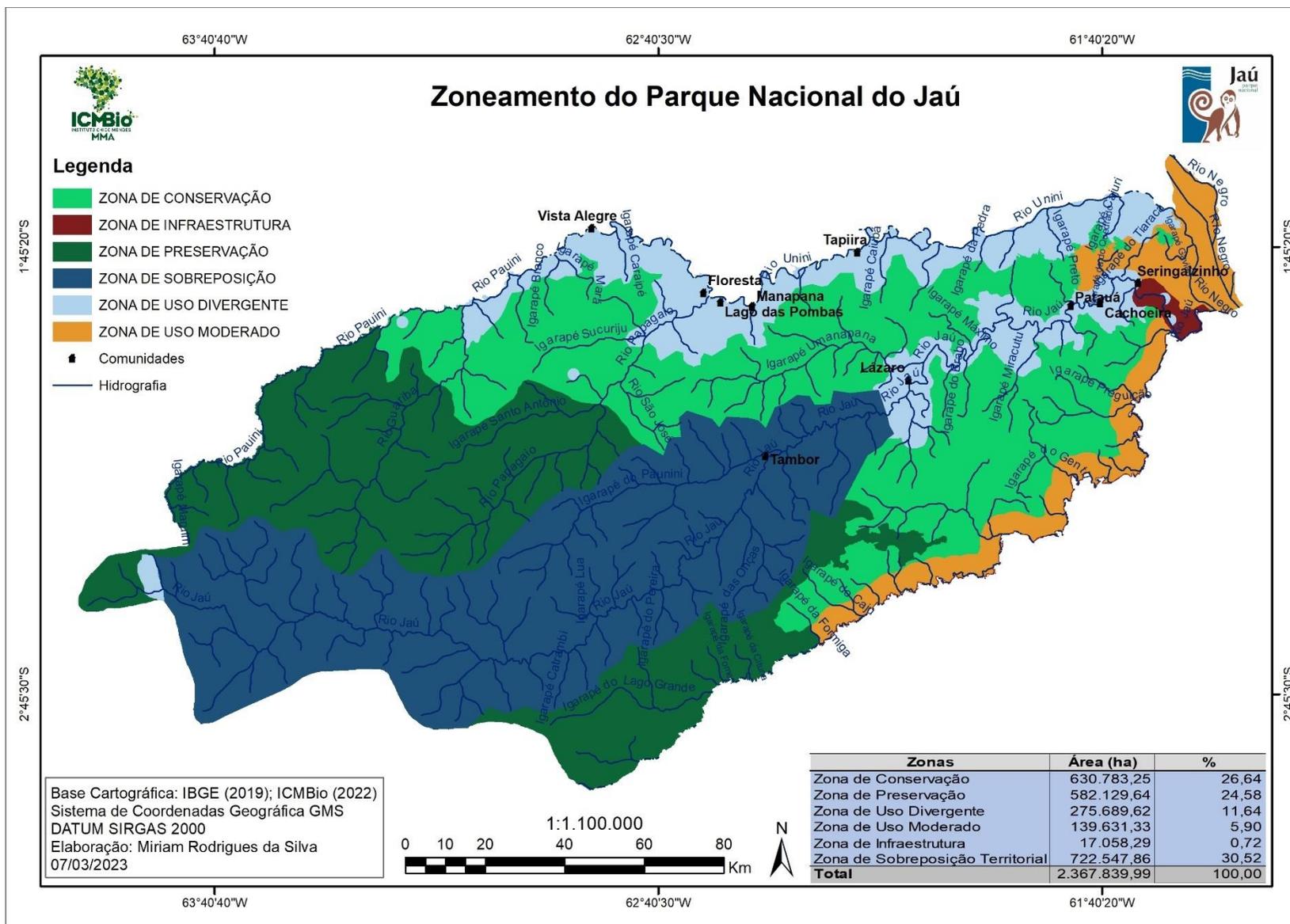


Figura 17: Zoneamento do Parque Nacional do Jaú

ZONA DE PRESERVAÇÃO

Descrição: É a zona onde os ecossistemas existentes permanecem o mais preservados possível, não sendo admitidos usos diretos de quaisquer naturezas. Deve abranger áreas sensíveis e aquelas onde os ecossistemas se encontram sem ou com mínima alteração, nas quais se deseja manter o mais alto grau de preservação, de forma a garantir a manutenção de espécies, os processos ecológicos e a evolução natural dos ecossistemas.

Objetivo geral de manejo: É a manutenção de um ou mais ecossistemas com o grau máximo de preservação, servindo de fonte de repovoamento para as outras zonas da UC.

Critérios para delimitação da zona:

A Zona de Preservação é composta por duas áreas e possui 582.129,64 hectares que corresponde a 24,58% do total da área do parque. Para delimitar estas áreas foi utilizado o mapa de classificação da vegetação do Parque Nacional do Jaú, onde foram incluídas as classes de vegetação raríssima com buritizais, campinas e campinaranas, e o shape de hidrografia do parque para digitalizar, os polígonos entre os divisores de água das bacias. A Área 1, está localizada a noroeste do parque, abrangendo os divisores de água das bacias do Rio Pauini, Guariba, Igarapé Santo Antônio e o Rio Papagaio. A Área 2, está localizada ao sul do parque, engloba os divisores de água do Igarapé Lago Grande, da Fome e da Cituna, tributários do Rio Carabinani (**Figura 18**).

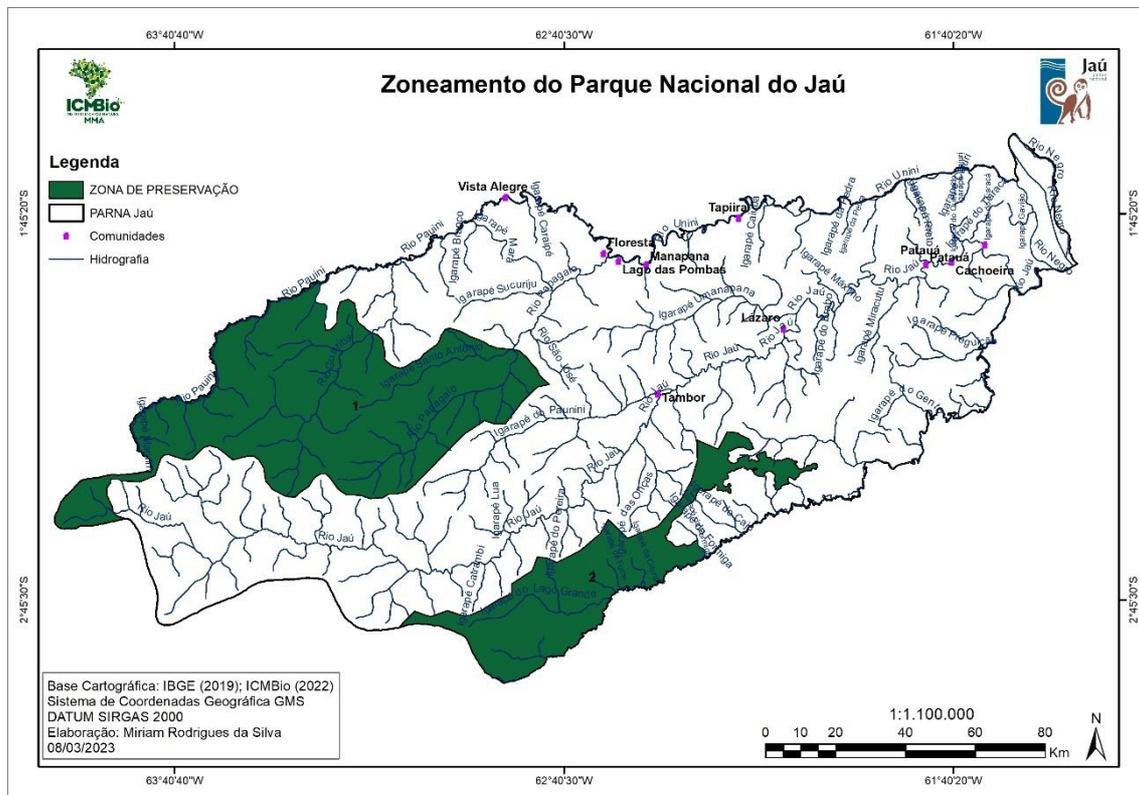


Figura 18: Mapa com a localização da Zona de Preservação do Parque Nacional do Jaú

NORMAS:

1. As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e recuperação ambiental.
2. As pesquisas permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos e são limitadas às pesquisas que não podem ser realizadas em outras zonas.
3. A visitação não é permitida, qualquer que seja a modalidade.
4. A instalação eventual de infraestrutura física é permitida, quando for estritamente necessária às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, bem como outras imprescindíveis à proteção da zona, as quais devem ser removidas tão logo as ações citadas sejam concluídas.
5. O acampamento primitivo é permitido nas atividades de pesquisa.
6. A abertura de trilhas e picadas é permitida, quando necessária às ações de busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares de proteção, e para atividades de pesquisa e monitoramento da biodiversidade.
7. O uso de fogueiras é permitido em casos excepcionais, mediante autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, quando indispensáveis à proteção e à segurança da equipe da UC e de pesquisadores.
8. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, é facultado quando indispensável para viabilizar as atividades permitidas.

ZONA DE CONSERVAÇÃO

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração, não sendo admitido uso direto dos recursos naturais. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração, quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reúna características ecológicas especiais, como na Zona de Preservação.

Objetivo geral de manejo: É a manutenção do ambiente o mais natural possível e, ao mesmo tempo, dispor de condições primitivas para a realização das atividades de pesquisa e visitação de baixo grau de intervenção⁵.

Critério para delimitação da zona:

Está zona é formada por seis áreas que juntas somam 630.783,25 hectares e correspondem a 26,64% da UC. A zona foi delimitada a partir do recorte das zonas de Infraestrutura, Preservação, Sobreposição, Uso Divergente e Moderado. A Área 1, faz limite ao norte com a Zona de Uso

⁵ **Visitação de baixo grau de intervenção:** Corresponde às formas primitivas de visitação e recreação que ocorrem em áreas com alto grau de conservação, possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. Os encontros com outros grupos de visitantes são improváveis ou ocasionais. A infraestrutura, quando existente, é mínima e tem por objetivo a proteção dos recursos naturais e a segurança dos visitantes. É incomum a presença de estradas ou atividades motorizadas.

Divergente, e ao sul, faz limite com a Zona de Preservação, Sobreposição e Uso Divergente, e ao leste com a Zona de Uso Moderado. A Área 2, está localizada ao norte do parque, próximo a Igarapé Preto, fazendo limite ao norte com a Zona de Uso Divergente e ao sul com Uso Moderado. A Área 3, está localizada próxima a nascente do Igarapé Cajuri, a norte faz limite com a Zona de Uso Divergente e ao sul com Uso Moderado. A Área 4, está localizado próximo a nascente do Igarapé do Quebrado, limitando ao norte com a Zona de uso Divergente e ao sul Uso Moderado. A Área 5, está localizado próximo as nascentes do Igarapé do Tiaracá e Gavião, e limita-se com a Zona de uso Moderado. A Área 6, está localizada a sudeste do parque, e faz limite com todas as outras zonas (**Figura 19**).

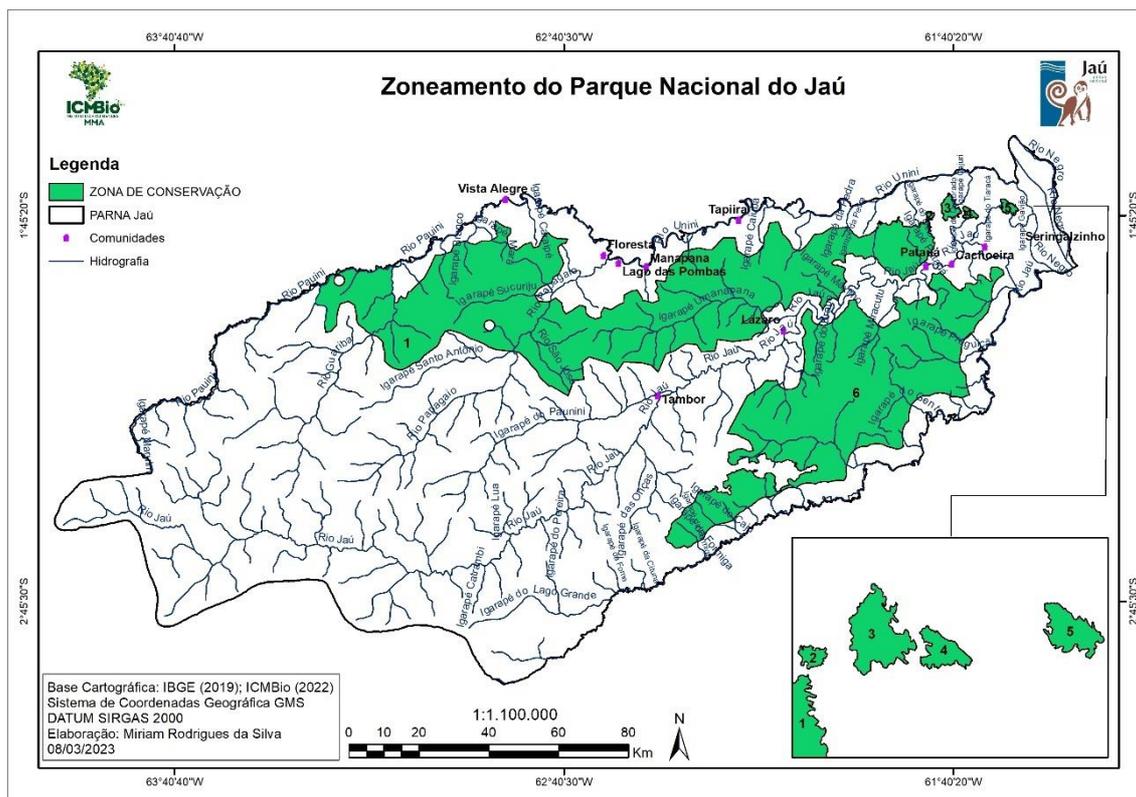


Figura 19: Mapa com a localização da Zona de Conservação do Parque Nacional do Jaú

NORMAS

1. As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental.
2. As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação.
3. A visitação deve priorizar as trilhas e caminhos já existentes, com a possibilidade de abertura de novas trilhas para melhorar o manejo e conservação da área.
4. O pernoite, tipo bivaque ou acampamento primitivo, é permitido nos locais definidos em instrumentos de gestão de uso público.
5. A instalação de infraestrutura física é permitida, quando estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos e segurança do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.

6. Quando necessária às ações de pesquisa, busca e salvamento, prevenção e combate aos incêndios, entre outras imprescindíveis para a proteção da zona, a abertura de novas trilhas e picadas é permitida.
7. Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, tal previsão deve constar do pedido de autorização da pesquisa e devem ser retirados para fora da área, findados trabalhos e quando não for do interesse da UC.
8. O uso de fogueiras é permitido em casos excepcionais, mediante autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, quando indispensáveis à proteção e à segurança da equipe da UC e de pesquisadores.
9. O uso de fogareiros, nas atividades permitidas nesta zona, é permitido nos locais definidos em instrumentos de gestão do uso público.
10. O trânsito motorizado, quando compatível com as características naturais, deverá ser controlado para viabilizar atividades de proteção, pesquisa, uso público, monitoramento e passagem dos moradores para suas áreas de uso.
11. A instalação de sinalização indicativa ou de segurança do visitante é permitida, desde que de natureza primitiva.

ZONA DE USO MODERADO

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais ou moderadamente antropizados, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração.

Objetivo geral de manejo: é a manutenção de um ambiente o mais próximo possível do natural, que pode ser conciliada à integração da dinâmica social e econômica da população residente ou usuária na UC, através do uso direto de moderado impacto nos recursos naturais, respeitando-se as especificidades de cada categoria, além da realização de atividades de pesquisa e visitação de médio grau de intervenção⁶.

Critérios para delimitação da zona:

Esta zona é composta por duas áreas e possui 139.631,33 hectares que representa 5,90% da área do parque. A área 1, está localizada a nordeste do parque. Para delimitar esta área, foi utilizado o shape de uso de classificação das ilhas do Rio Negro. Além disso, foi vetorizado os polígonos da área de uso público, conforme os pontos e linhas de trilhas, torres, pousadas, observação, canoagem entre outros, oriundos de levantamentos de uso público do Parna do Jaú. A Área 2, está localizada a sudeste do parque, e foi delimitada utilizado o shape de

⁶ **Visitação de médio grau de intervenção:** É possível experimentar alto grau de naturalidade do ambiente, no entanto, já se pode detectar algum nível de alteração ambiental ou evidências de atividades humanas. Essas áreas podem ser acessadas com veículos motorizados. Em ambientes terrestres, as estradas em geral não são pavimentadas. Os encontros com outros visitantes são mais comuns e, nas unidades de conservação de uso sustentável, pode haver a presença de moradores isolados possibilitando experimentar o modo de vida local. A infraestrutura é mínima ou moderada, tendo por objetivo, além da segurança e a proteção dos recursos naturais, melhorar a experiência e proporcionar comodidade ao visitante. São exemplos: ponte, pequenas edificações, mirante, escada, deck, acampamento, abrigo, banheiro, estrada com revestimento permeável, etc.

ZONA DE USO DIVERGENTE

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais ou antropizados, onde ocorrem populações humanas ou suas áreas de uso, cuja presença é incompatível com a categoria de manejo ou com os objetivos da unidade de conservação, admitindo-se o estabelecimento de instrumento jurídico para compatibilização da presença das populações com a conservação da área, lhes garantindo segurança jurídica enquanto presentes no interior da unidade de conservação. Essas populações estarão sujeitas às ações de consolidação territorial pertinentes a cada situação. Caso sejam populações tradicionais conforme definição do Decreto nº 6.040/2007, deve-se observar o Art. 42 da Lei nº 9.985/2000. Zona Provisória, uma vez realocada a população ou efetivada outra forma de consolidação territorial, esta será incorporada a(s) outra(s) zona(s) permanente(s).

Objetivo geral de manejo: é a manutenção do ambiente em harmonia com a presença de população tradicional, buscando a compatibilização dos usos realizados por elas com os objetivos da UC, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos antrópicos sobre a área.

Critérios para delimitação da zona:

Está zona é formada por sete áreas que somam 275.689,62 hectares e representam 11,64% da área do Parna do Jaú. A Área 1, está localizada na parte norte do parque, onde estão as comunidades Vista Alegre, Floresta, Manapana, Lago das Pombas e Tapiira. Para delimitar esta área, foram utilizados os pontos (2008 a 2015) de declaração do uso de recursos naturais pelos moradores do Rio Unini, oriundos do SIMUR. Os pontos serviram de base para vetorização do polígono. A Área 2, está localizada no Rio Jaú, próximos as comunidades Lázaro, Patauá, Cachoeira e Seringalzinho. Para delimitar esta área, foi utilizado o shape de uso dos recursos mapeados, juntamente com o shape da hidrografia do parque para definir uma área de uso dos recursos das comunidades. A Área 3 e 4, estão localizadas a noroeste do parque. São áreas de castanhais usadas pela comunidade. Foi realizado um buffer de 3 quilômetros. A definição deste buffer foi baseada em estudos que citam que um seringal tem cerca de 50 a 100 indivíduos, e que a copa de um castanhal mede cerca de 40 metros (Almeida, 2015; Instituto Floresta Tropical, 2018). A Área 5 e 6, está localizada próximo a foz do Rio Jaú. Também são áreas de castanhais usados pela comunidade, e foi realizado o buffer de 3 quilômetros, porém só se mapeou a parte que fica à esquerda da margem do Rio Jaú. A Área 7, é uma área de castanhal localizada a oeste do parque, próximo a nascente de um afluente do Rio Jaú, e utilizado pela comunidade Tambor (Figura 22).

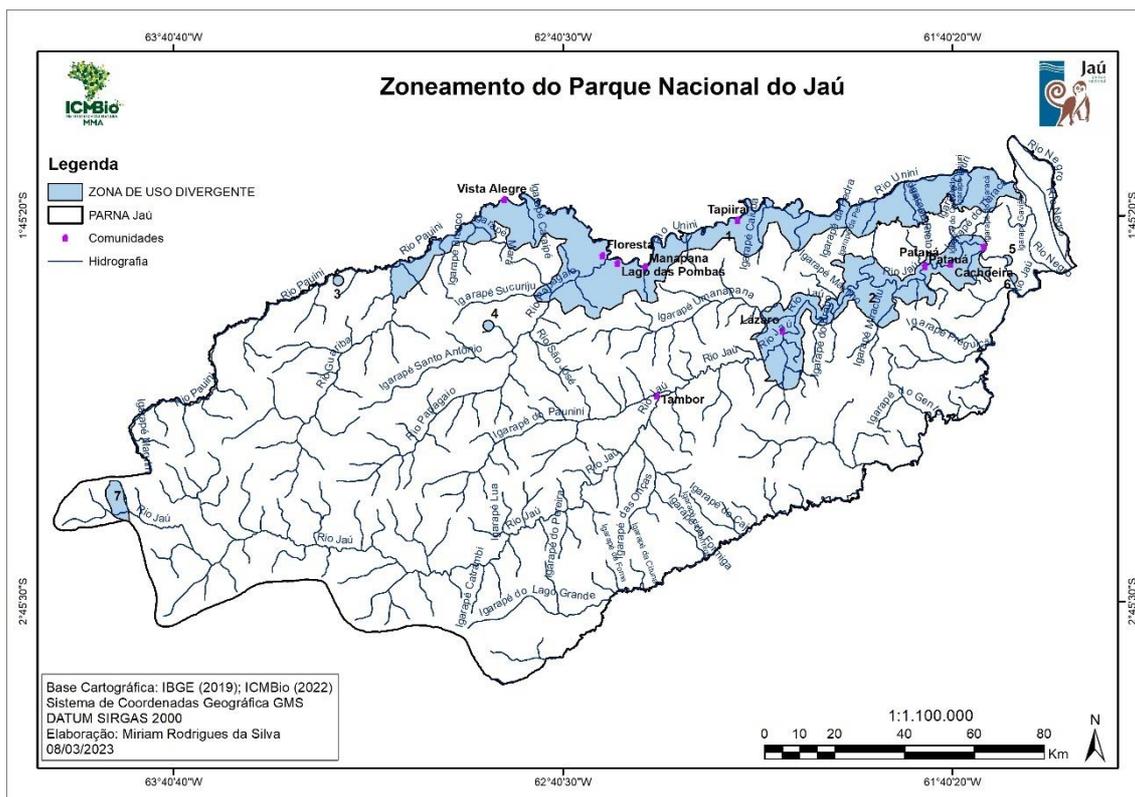


Figura 22: Mapa com a localização da Zona de Uso Divergente do Parque Nacional do Jaú

NORMAS

1. As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental e outros usos acordados em instrumento jurídico firmado entre os ocupantes e o órgão responsável pela administração da UC, incluindo a visitação.
2. A presença de populações residentes e o uso que fazem das áreas devem ser regidos por instrumento jurídico pertinente, os quais definirão as atividades passíveis de serem realizadas e normas específicas relacionadas, observadas boas práticas de manejo do solo e dos recursos hídricos.
3. A abertura de novas áreas de uso é admitida nas áreas das comunidades tradicionais, mediante autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC.
4. É permitido, em comum acordo com as comunidades tradicionais residentes no interior da UC, a circulação de embarcações e pessoas em atividades de visitação.

ZONA DE INFRAESTRUTURA

Descrição: É a zona que pode ser constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Nela devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação, à administração da área.

Objetivo geral de manejo: é facilitar a realização das atividades de visitação com alto grau de intervenção⁷ e administrativas, buscando minimizar o impacto dessas atividades sobre o ambiente natural e cultural da UC (Figura 9).

Critérios para delimitação da zona:

Esta zona é formada por duas áreas com 17.058,29 hectares que representa 0,72% da UC. A área 1, está localizada próximo a foz do Rio Jaú. E para delimitar esta área, foi vetorizado um polígono por meio das áreas mais intensamente usadas pelo público, excluindo as áreas dos castanhais. Área 2, está localizado a margem esquerda do Rio Carabinani, sendo definido uma área de buffer de 250 metros da margem esquerda do rio (Figura 23).

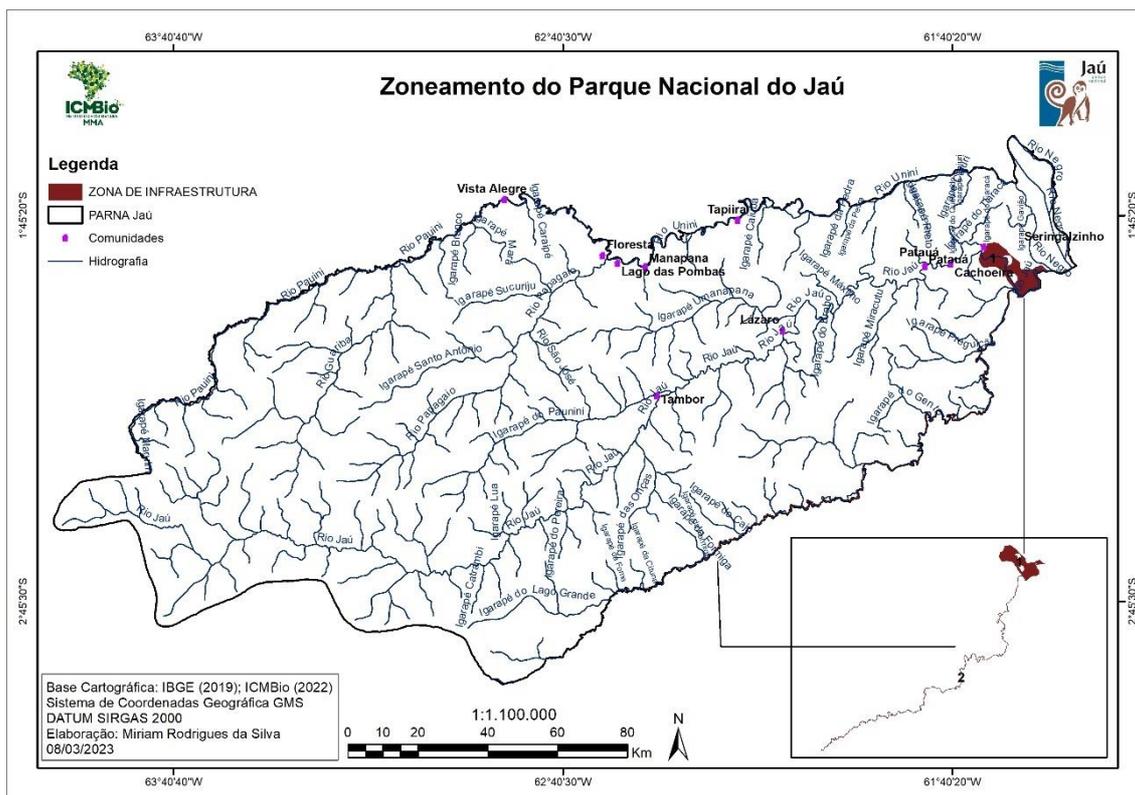


Figura 23: Mapa com a localização da Zona de Infraestrutura do Parque Nacional do Jaú

NORMAS

1. As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC.
2. As infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona são permitidas.

⁷ **Visitação de alto grau de intervenção:** a visitação é intensiva e planejada para atender maior demanda. Ainda que haja oportunidade para a privacidade, os encontros e a interação são frequentes entre os visitantes, funcionários e comunidade local. É comum a presença de grupos maiores de visitantes ou excursões comerciais. Há mais atenção na segurança dos visitantes, na proteção de áreas sensíveis próximas aos atrativos e menos ênfase em promover autonomia ou desafios. A infraestrutura geralmente é mais desenvolvida, com a presença comum de edificações e estradas, inclusive pavimentadas, podendo resultar em alterações significativas da paisagem. Centro de visitante, museu, auditório, estacionamento, posto de gasolina, estrada pavimentada, piscina, hotel, pousada, teleférico, pista de pouso, paisagismo, estábulo, podem ocorrer nas zonas de manejo com alto grau de intervenção.

3. Os efluentes gerados não podem contaminar os recursos hídricos e seu tratamento deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto.
4. Os resíduos sólidos gerados por ocasião das atividades desenvolvidas nesta zona deverão ser retirados pelos próprios usuários e transportados para um destino adequado, fora da UC.
6. O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades permitidas nesta zona.
7. O uso de fogueiras nas atividades é permitido, para as atividades previstas na zona, desde que ocorram em locais e períodos pré-determinados, devendo ser preferencialmente de uso coletivo, conforme definido pela administração da UC ou por planejamento específico de visitação.
8. A realização de fogo para preparo de alimentos é permitida nos locais definidos em instrumentos de gestão de uso público.

PROPOSTA DA ZONA DE AMORTECIMENTO

Objetivo geral de manejo: é minimizar os impactos negativos sobre a unidade e sobre os recursos e valores fundamentais do Parna do Jaú (**Figura 24**).

Critérios para delimitação da zona:

A proposta da Zona de Amortecimento do Parna do Jaú, é formada por três áreas que somam aproximadamente 315.097 hectares.

Área 1: Está localizada ao sul do parque, na margem direita do Rio Carabinani, abrange cerca de 257.945 hectares, abrangendo a totalidade da bacia hidrográfica deste afluente do Rio Jaú, promovendo a proteção de toda a bacia do rio Jaú e dos recursos e valores fundamentais “Rio Jaú” e “Fauna”, já que na região sul do parque, em especial no rio Carabinani, tem abundância de quelônios que recebem muita pressão pelo tráfico dessa espécie e as matas ciliares são impactadas pelo uso do fogo e desmatamento para instalação de acampamentos temporários.

Área 2: Com uma área aproximada de 52.761 hectares, está localizada em uma região isolada entre o Parna do Jaú e a RDS Estadual Amanã. Abrange as cabeceiras do Rio Pauini, que adentra os limites da unidade, sendo importante sua delimitação como zona de amortecimento para minimizar os impactos na região oeste da unidade, garantindo a proteção do recurso e valor fundamental “Fauna”, tendo em vista que o rio Pauini é um ambiente onde encontram-se áreas de desova de quelônios.

Área 3: Está situada a leste do parque, no Rio Negro, próximo a foz do Rio Jaú, entre os limites do parque e o Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte. Tem aproximadamente 4.389 hectares, e está inserida em uma região que possui influência direta com os recursos e valores fundamentais “Rio Jaú”, “Petróglifos”, “Fauna” e “Praias” onde ocorre a reprodução de quelônios e o turismo. Também abarca parte da região dos igarapés Preto e do Caju que nascem nos limites do parque estadual e desaguam no Parna do Jaú.

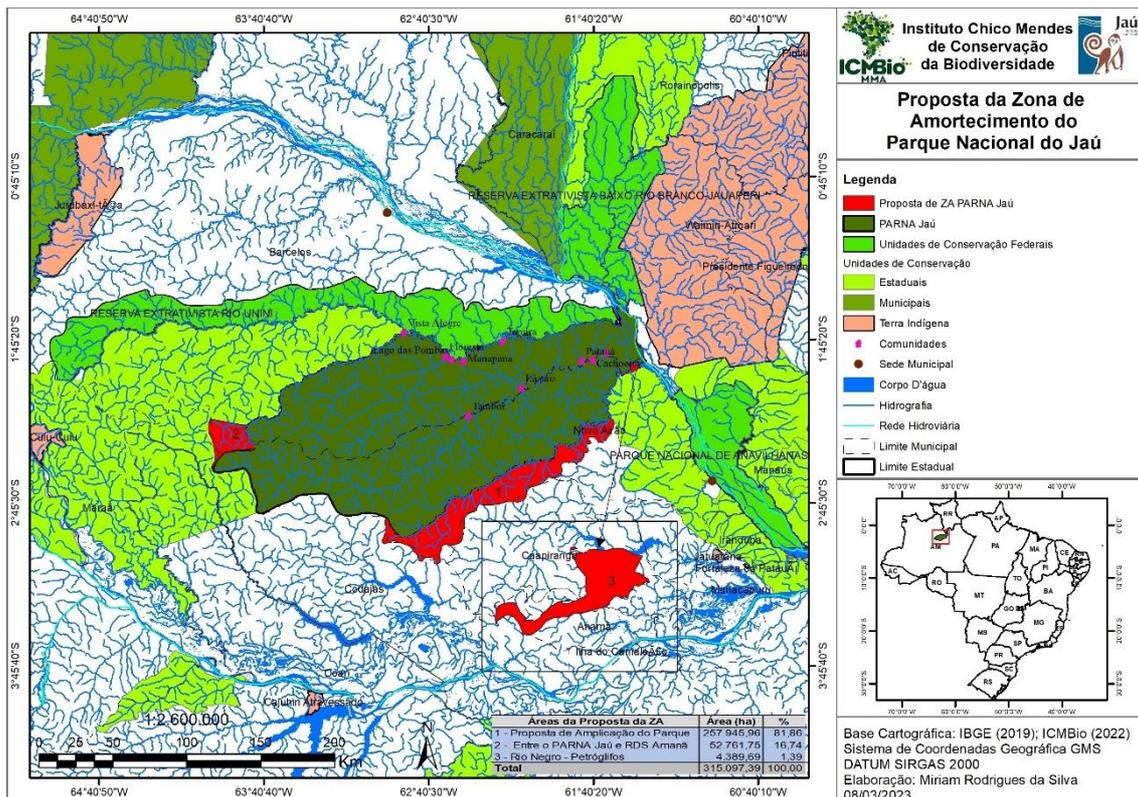


Figura 24: Mapa de localização da Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Jaú

NORMAS

1. É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização do órgão responsável pela administração da UC.
2. Todo resíduo gerado nesta zona deve ser destinado para local adequado.
3. As fogueiras eventualmente utilizadas nesta zona deverão ser totalmente apagadas após o uso e todo resíduo gerado deve ser retirado do local.
4. No período das desovas de quelônios nas praias localizadas nesta zona, a visitação é permitida apenas no período diurno.
5. Não é admitida qualquer atividade de exploração mineral.
6. A autorização para supressão de vegetação nativa na ZA deverá ser precedida de manifestação do ICMBio.
7. Todo empreendimento ou atividade passível de autorização ou licenciamento ambiental federal, estadual ou municipal, que cause impacto aos atributos protegidos pela UC, deverá ser analisado pelo órgão responsável pela administração da UC, que poderá autorizar (com ou sem restrições), estabelecer condicionantes, solicitar complementação de informações e ajustes no projeto com o intuito minimizar os impactos negativos significativos sobre a UC, declarar incompatibilidade ou indeferir a solicitação, conforme legislação vigente.

NORMAS GERAIS PARA O PARQUE NACIONAL DO JAÚ

Animais Silvestres

1. A coleta, a apanha e a captura de espécimes animais, são permitidas para fins estritamente científicos, didáticos do ensino superior e programas de conservação, de acordo com projeto devidamente aprovado pelo órgão responsável pela administração da UC.

2. No caso das zonas de sobreposição territorial e de uso divergente, a caça de subsistência será regulada por acordos específicos estabelecidos de forma a conciliar o uso daquelas comunidades tradicionais para alimentação e a conservação ambiental, que deverão estabelecer estratégia para monitoramento e definição de níveis de alerta que subsidiem avaliações periódicas, de acordo com a realidade de cada área, e que sirvam como indicadores para programa de monitoramento de caça, quando estabelecido pelo ICMBio, e exclusivamente para suprir a necessidade básica alimentar das famílias tradicionais residentes do Parque, devidamente cadastradas, e nos demais itens previstos no Art. 37 da Lei de Crimes Ambientais, considerando também que:

a. a sustentabilidade das populações das espécies alvo de caça não pode ser comprometida;

b. fica proibido, em qualquer situação, o abate de animais definidos oficialmente como Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN), Vulnerável (VU); de filhotes, fêmeas prenhas, fêmeas com filhotes e no ninho;

c. fica proibida a utilização de cachorros para caça;

d. fica proibida a venda ou qualquer outro tipo de negociação pecuniária com carne, produtos ou subprodutos de caça de animais silvestres nativos e/ou a venda de animais silvestres nativos capturados na UC, exceto quando oriundos de manejo de fauna ou criatório autorizados pelo ICMBio

e. fica também proibida a doação, troca, ou outras formas de escambo com pessoas não beneficiárias da UC, envolvendo animais silvestres;

f. a intensidade de caça e as espécies passíveis de caça são sujeitas a reavaliação regular, conforme os resultados do programa de monitoramento de caça do ICMBio;

g. são reconhecidos como métodos para a proposição de níveis de alerta: medidas de esforço de caça, estudos populacionais diretos, estudos populacionais indiretos, entre outros, de acordo com o contexto socioambiental local.

2. A manutenção de animais silvestres nativos em cativeiro no interior da UC será permitida, exclusivamente, para implementação de programas de conservação que envolvam manejo populacional.

3. A reintrodução de espécies ou indivíduos da fauna ou flora nativa, para enriquecimento ou adensamento populacional e translocação, é permitida mediante projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão responsável pela administração da UC, conforme regulamentação vigente.

4. A soltura de espécime de fauna autóctone é permitida quando a apreensão ocorrer logo após a sua captura no interior da unidade ou entorno imediato, respeitado o mesmo tipo de ambiente.

Espécies exóticas e animais domésticos

5. A restauração ambiental, o controle e a erradicação de plantas exóticas devem ser realizados mediante projeto previamente autorizado pelo órgão responsável pela administração da UC, podendo incluir o uso de herbicidas e formicidas de uso não-agrícola.
6. O controle e erradicação de espécies da fauna exótica ou alóctone, inclusive asselvajadas, devem ser realizados mediante autorização do órgão responsável pela administração da UC, podendo incluir o abate de animais.
7. Nos casos de detecção precoce de espécies exóticas com potencial invasor não será exigida a elaboração de projeto, podendo ser tomadas medidas imediatas para o controle ou erradicação.
8. A introdução de espécies exóticas e/ou domésticas, animais e vegetais, na UC é proibida, exceto para casos de áreas pendentes de regularização fundiária e dos usos permitidos para as populações tradicionais.
9. A soltura de animais exóticos e alóctones na UC é proibida, incluindo peixes e invertebrados.
10. O ingresso e permanência na UC de pessoas acompanhadas de animais domésticos e/ou domesticados são proibidos, exceto nos casos segurança pública, atividades de busca e salvamento, ocupantes de áreas pendentes de regularização fundiária, de animais de assistência de pessoas com previsão legal e para atividades de manejo e pesquisa autorizadas pelo órgão responsável pela administração da UC.
11. No caso das zonas de sobreposição territorial e de uso divergente, o uso de animais domésticos será regulado por acordos específicos estabelecidos de forma a conciliar os costumes das comunidades tradicionais e a conservação ambiental.

Pesquisa Científica

12. Todo material utilizado para pesquisas e estudos dentro da UC deve ser retirado e o local reconstituído após a finalização dos trabalhos, exceto nos casos em que houver interesse da UC em sua manutenção.

Visitação

13. Os visitantes devem ser informados sobre as normas de segurança e conduta na UC.
14. Conforme a natureza da atividade e a avaliação do órgão responsável pela administração da UC, pode ser exigida do visitante a assinatura de termo de responsabilidade e de conhecimento de riscos sobre os procedimentos e condutas durante a visita à UC.
15. A instalação de placas ou qualquer forma de comunicação visual ou de publicidade e propaganda deve manter relação direta com as atividades de gestão ou com os objetivos da UC, sem prejuízo para os casos que se aplicarem às áreas não indenizadas.
16. Até que a UC disponha de projeto de sinalização, a instalação de sinalização indicativa de orientação e de segurança dos visitantes, pesquisadores e funcionários é permitida.
17. Todo resíduo gerado na UC deve ser destinado para local adequado.
18. O comércio e consumo de alimentos e bebidas, assim como a ingestão de bebidas alcoólicas, são permitidos nas áreas de visitação na UC, em locais pré-definidos, conforme planejamentos

específicos. Essa norma não se aplica as comunidades tradicionais residentes nas Zonas de Sobreposição Territorial e Uso Divergente do Parque.

19. Os prestadores de serviço delegados, bem como parceiros decorrentes de outras relações jurídicas estabelecidas formalmente com o ICMBio, são responsáveis pelo tratamento e destinação adequada do lixo gerado durante a operação de suas atividades nas áreas de visitação da UC.

Eventos

20. A realização de eventos no interior da UC pode ser permitida, desde que previamente autorizada pelo órgão responsável pela administração da UC, considerados os impactos à experiência da visitação, aos recursos protegidos, às infraestruturas, ao zoneamento e às normas definidas.

21. Qualquer manifestação ou veiculação de propaganda político-partidária no interior da UC é proibida, exceto em casos previstos em Lei.

22. Qualquer infraestrutura montada para atender aos eventos autorizados deve ser retirada ao final das atividades e reconstituído o ambiente utilizado, exceto quando sua permanência for de interesse da UC.

Uso de equipamentos sonoros

23. O uso de aparelhos sonoros coletivos em ambientes externos é permitido somente em atividades e áreas autorizadas pelo órgão responsável pela administração da UC.

24. No caso de ocupantes de áreas pendentes de regularização fundiária, a autorização prévia é dispensada, desde que a utilização seja restrita às áreas de suas propriedades e que não cause significativo impacto ambiental.

25. O uso de aparelhos sonoros coletivos em ambientes internos e veículos é permitido, desde que não produzam som audível pelo lado externo, independentemente do volume ou frequência, que perturbe o sossego público.

Uso do fogo

26. É proibido o uso do fogo na UC, exceto nas seguintes situações: a) Nas ações previstas no zoneamento e planejamentos temáticos, b) situações emergenciais para proteção da UC e c) Nas zonas de sobreposição territorial e de uso divergente, nas atividades essenciais de baixo impacto relacionadas aos modos de vida das populações tradicionais.

27. O uso de retardantes de fogo para combate a incêndios florestais é proibido, até que aprovado ou regulamentado pelo órgão responsável pela administração da UC.

28. O uso de fogueiras é permitido em casos indispensáveis à salvaguarda da vida humana, sem necessidade de autorização da administração.

29. As fogueiras e churrasqueiras devem ocorrer somente nas zonas definidas no plano de manejo, ou em locais previamente definidos pela administração da UC, ou por planejamento específico, sendo elas, preferencialmente, de uso coletivo.

Acesso e treinamento das forças armadas

30. Fica garantida, em toda a área da UC, nos termos do art. 1º do Decreto no 4.411/2002: a) liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamento, estacionamentos, patrulhamento e demais operações e atividades, indispensáveis a segurança e integridade do território nacional; b) a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infraestruturas e logísticas necessárias; c) a implantação de programas e projetos de controle e ocupação da fronteira.

31. O treinamento militar é permitido, mediante solicitação prévia e autorização da chefia da UC, desde que respeitadas às normas pertinentes e que não cause impactos à UC.

Infraestrutura

32. Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos e efluentes sanitários deve contar com um sistema de tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.

33. A instalação de infraestrutura é permitida, quando necessária às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da UC.

34. A abertura de novas trilhas e picadas é permitida, quando necessárias às ações de busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da UC.

Temas diversos

35. É proibido entrar na UC portando instrumentos próprios para caça, pesca e exploração de produtos ou subprodutos florestais, tintas spray e similares, ou outros produtos incompatíveis com as condutas em UC ou que possam ser prejudiciais à flora e à fauna, exceto nas seguintes situações: a) atividades inerentes à gestão da área; b) pesquisa científica autorizada pela administração da UC e nos limites da autorização, submetidas à fiscalização ambiental; c) para os moradores das comunidades tradicionais residentes no interior do Parque para realização de atividades essenciais de baixo impacto relacionadas ao seus modos de vida d) outros casos onde haja autorização prévia e específica.

36. Os horários de funcionamento da UC são definidos pelo órgão responsável por sua administração, que os divulgará amplamente.

37. O uso de drones na UC é permitido para proteção, pesquisa e gestão da UC, No caso de visitação, mediante o estabelecido em planejamento específico.

38. Toda pessoa ou instituição que produzir material técnico, científico, jornalístico ou cultural sobre a UC deve, quando solicitado, entregar uma cópia à sua administração para arquivamento no seu acervo.

39. O subsolo integra os limites da UC, sendo proibida a exploração direta de recursos minerais, exceto nas zonas de sobreposição territorial e uso divergente onde o uso será regulado por acordos específicos estabelecidos de forma a conciliar as necessidades daquelas comunidades tradicionais e a conservação ambiental.

40. É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização do órgão responsável pela administração da UC.

41. O espaço aéreo integra os limites da UC.

42. A altitude mínima de voo é acima de 500 m ao nível do solo (1640 ft) para aeronaves de pequeno porte, seja de uso agrícola ou em transporte de passageiros. Com exceção para situações de emergências ambientais ou de segurança (ex: operações de resgate de pessoas com uso de aeronaves e operações de combate aéreo a incêndios florestais).

43. O pouso e a decolagem de aeronaves dentro dos limites da UC são admitidos para casos de emergência, resgate e atividades de proteção da UC. Para as atividades de visitação, é admitido conforme definido nos instrumentos de gestão do uso público e autorizado previamente pelo órgão responsável pela administração da UC.

ATOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS

Muitas das decisões de gestão de uma unidade de conservação são dirigidas ou influenciadas por atos legais e administrativos.

Os atos legais são requisitos específicos que devem ser cumpridos, e podem ser expressos no diploma legal de criação da unidade, em legislação distinta após a sua designação ou em processo judicial. Os atos legais podem ampliar o propósito da unidade ou introduzir elementos não relacionados ao propósito.

Os atos administrativos são, em geral, acordos alcançados por meio de processos formais e documentados, como termos de reciprocidade, termos de compromisso, acordos de cooperação, convênios, entre outros. Exemplos incluem servidões, direitos de passagem, arranjos para respostas a serviços de emergência, contratos de concessão etc.

Atos legais e administrativos podem promover, em muitos casos, uma rede de parcerias que ajudam a cumprir os objetivos da unidade de conservação e facilitar as relações de trabalho com outras instituições. Juntos, os atos legais e administrativos constituem um componente essencial no planejamento e manejo da UC.

A lista dos atos legais e administrativos existentes para o Parque Nacional do Jaú vigentes até a publicação deste Plano de Manejo é apresentada abaixo:

- Decreto de criação do Parque: Decreto nº 85.200, de 24 de setembro de 1980
- Plano de Manejo: Portaria IBAMA n. 163 de 24/12/2002 aprova o Plano de Manejo do Parque
- Criação do Conselho Consultivo: Portaria do ICMBio n. 14, de 18 de março de 2008
- Modificação da Composição do Conselho Consultivo: Portaria do ICMBio n. 20, de 10 de março de 2010/ Portaria do ICMBio n. 225, de 5 de setembro de 2013
- Visitação Pública: Portaria nº 868, de 17 de agosto de 2020 - reabertura da visitação pública no parque nacional do Jaú.
- Concessão de Serviços: Resolução n. 157 de 2 de dezembro de 2020 - Opina pela qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e pela inclusão no

Programa Nacional de Desestatização - PND das unidades de conservação Floresta Nacional de Brasília, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, Parque Nacional de Ubajara, Parque Nacional da Serra da Bocaina, Parque Nacional da Serra da Capivara, Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Parque Nacional do Jaú e Parque Nacional de Anavilhanas, para fins de concessão para prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, com previsão do custeio de ações de apoio à conservação, à proteção e à gestão das referidas unidades.

- Portaria de Criação do NGI ICMBio Novo Airão: Portaria n. 434, de 11 de maio de 2020.
- Aprovação do Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Novo Airão: Portaria n.356, de 10 de maio de 2022 (Processo SEI n. 02070.002811/2020-07).
- Portaria de Reconhecimento e Criação do Território Quilombola do Tambor: 2.333, de 25 de novembro de 2022.
- Termos de Compromisso formalizado com as famílias da comunidade do Tambor (Processo SEI n. 02120.000089/2019-91).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Jonas. **Do extrativismo à domesticação**: as possibilidades da castanha-do-pará. 2015. 304 f. Tese (História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BRASIL. Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 de jul. 2000. Seção I. p. 12026-12027. 2000.

IFT – INSTITUTO FLORESTA TROPICAL. **Relatório**: Mapeamento Socioprodutivo dos Castanhais da RESEX Ituxi. Lábrea/AM, 2018.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília-DF, 2018. 208p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Roteiro metodológico de planejamento: parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas**. Brasília, DF, 2011.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Roteiro Metodológico de Planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, 2002. 136 p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instrução Normativa nº 07/2017**. Estabelece diretrizes e procedimentos para a elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/legislacao1>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ALMEIDA, J. S. **Influência da disponibilidade de luz na dinâmica do mercúrio em pequenos tributários do sistema fluvial do rio Jaú, Amazônia Central**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2005.

- AMARAL, J. V. **Diversidade de mamíferos e uso da fauna nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã – Amazonas – Brasil**. 2005. 161 p. Dissertação (Mestrado em Zoologia) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2005.
- BARNETT A. A. Cacajao melanocephalus. **Mammalian species**, v. 776, p. 1-6, 2005.
- BARNETT A. A.; BORGES S. H.; CASTILHO C. V. Golden-backed uacari, Cacajao melanocephalus ouakary, in Jaú National Park, Amazonas, Brazil. **Primate Eye**, v. 70, p. 33-37, 2000.
- BARNETT A. A.; BORGES S. H.; CASTILHO C. V.; NERI F. M.; SHAPLEY R. L. Primates of the Jaú National Park, Amazonas, Brazil. **Neotropical Primates**, v. 10, n. 2, p. 65-70, 2002.
- BARNETT, A. A.; SAMPAIO, E. M.; KALKO, E. K. V.; SHAPLEY, R. L.; FISCHER, E.; CAMARGO, G.; RODRÍGUEZ-HERRERA, B. Bats of Jaú National Park, Central Amazônia, Brazil. **Acta Chiropterologica**, v. 8, p. 103-128, 2006.
- BARRETO FILHO. **Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira**. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BARRETO FILHO, H. T. **Notas para a história de um artefato sócio-cultural: o Parque Nacional do Jaú**. In: Terras das Águas. Brasília: UnB, 1999. v. 1.
- BIZZI, L. A.; SCHOBENHAUS, C.; GONÇALVES, J. H.; BAARS, F. J.; DELGADO, I. M.; ABRAM, M. B.; LEÃO NETO, R.; MATOS, G. M. M.; SANTOS, J. O. S. **Geologia e Recursos Minerais da Amazônia Brasileira: Sistema de Informações Geográficas – SIG e Mapa na escala 1:1.750.000**. Brasília: CPRM, 2002. 1 CD-ROM.
- BÖHLKE, J. E.; WEITZMAN, S. H.; MENEZES, N. A. Estado atual da sistemática dos peixes de água doce da América do Sul. **Acta Amazônica**, v. 8, n. 4, p. 657-677, 1978.
- BORGES, S.H. Primeiro registro de *Myrmeciza disjuncta* para o Brasil (Passeriformes: Thamnophilidae). **Nattereria**, v. 1, p. 14-15, 2000.
- BORGES, S.H. Species poor but distinct: Bird assemblages in white sand vegetation in Jaú National Park, Amazonian Brazil. **Ibis**, v. 146, p. 114-124, 2004.
- BORGES, S.H. Inventário de aves no Parque Nacional do Jaú utilizando a abordagem do Projeto Janelas para a Biodiversidade. In: S.H. BORGES, S. IWANAGA, C.C. DURIGAN, M.R. Pinheiro (eds.). **Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: Uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia**. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, 2004. p.177-192.
- BORGES S. H. **Avifauna do Parque Nacional do Jaú: um estudo integrado em biogeografia, ecologia de paisagens e conservação**. 2004. 236 p. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- BORGES, S. H. Os rios e a diversidade das aves na Amazônia. **Ciência Hoje**, v. 34, n. 201, p. 22-27, 2004.
- BORGES, S. H. Rarity of birds in the Jaú National Park, Brazilian Amazon. **Animal Biodiversity and Conservation**, v. 29, n. 2, p. 179-189, 2006.
- BORGES, S. H. Análise biogeográfica da avifauna da região oeste do baixo rio Negro, Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 24, n. 4, p. 919-940, 2007.
- BORGES, S. H.; ALMEIDA, R. A. M. First Brazilian record of the Yacapana antbird (*Myrmeciza disjuncta*, Thamnophilidae) with additional notes on its natural history. **Ararajuba**, v. 9, n. 2, p. 163-165, 2001.

- BORGES, S. H.; CARVALHAES, A. Bird species of black water inundation forests in the Jaú National Park (Amazonas state, Brazil): their contribution to regional species richness. **Biodiversity and Conservation**, v. 9, p. 201-214, 2000.
- BORGES, S. H.; CARVALHAES, A.; HENRIQUES, L. M. Local topography and understory bird distribution in a central Amazonian site, Brazil. **Brazilian Journal of Ecology**, v. 1, p. 21-25, 1999.
- BORGES, S. H.; COHN-HAFT, M.; CARVALHAES, A. M. P.; HENRIQUES, L. M.; PACHECO, J. F.; WHITTAKER, A. Birds of Jaú National Park, Brazilian Amazon: species check-list, biogeography and conservation. **Ornitologia Neotropical**, v. 12, p. 109-140, 2001.
- BORGES, S. H.; HENRIQUES, L. M.; CARVALHAES, A. M. P. Density and habitat use by owls in two Amazonian forest types. **Journal of Field Ornithology**, v. 75, n. 2, p. 176-192, 2004.
- BORGES, S. H.; IWANAGA, S.; DURIGAN, C. C.; PINHEIRO, M. R. **Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú**. Uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia. Manaus, Amazonas: Fundação Vitória Amazônica, 2004.
- BORGES, S. H. Species poor but distinct: bird assemblages in white sand vegetation in Jaú National Park, Amazonian Brazil. **Ibis**, London, v. 146, p. 114-124, 2004.
- BOUBLI, J. P. Southern expansion of the geographical distribution of *Cacajao melanocephalus*. **International Journal of Primatology**, v. 14, n. 6, p. 933-937, 1993.
- BREILBACH, J. W. **Geology of Rio Cajari, Paleozoic outcrop belt, lowcr Amazon**. Belém: Petrobras (Relatório Inédito 210-A), 1957.
- BROWN JR., K. Centros de evolução, refúgios quaternários e conservação de patrimônio genético na região tropical: padrões de diferenciação em Ithomiinae (Lepidoptera: Nymphalidae). **Acta Amazônica**, v. 7, n. 1, p. 75-137, 1977.
- BROWN JR., K. S. "Soils and vegetation". In: WHITMORE, T.C. & G.T. PRANCE (eds.). **Biogeography and Quaternary history in tropical America**. Oxford: Clarendon Press, 1987. p. 19-45.
- BUSH, M. B. Amazonian speciation: a necessarily complex model. **Journal of Biogeography**, v. 21, p. 5-17, 1994.
- Caputo, M. V. **Stratigraphy, tectonics, paleoclimatology and paleogeography of northern basins of Brazil**. 1984. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, 1984.
- CAPUTO, M. V.; RODRIGUES, R.; VASCONCELOS, D. N. N. **Litoestratigrafia da bacia do Amazonas, Belém**. PETROBRÁS-RENOR, Relatório Técnico 641A. 1971.
- CARGIN-FERREIRA, E. **Fatores influenciando na distribuição de grupos funcionais de macroinvertebrados aquáticos em pequenos tributários do Rio Jaú, Amazônia central**. 1998. Dissertação (Mestrado em Biologia (Ecologia)) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 1998.
- CARVALHAES, A. **Avifauna do Parque Nacional do Jaú, AM, como subsídio para elaboração do Plano de Manejo**. 1996. Dissertação (Mestrado em Zoologia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Botucatu, 1996.
- CHAUVEL, A.; GUILLAUMET, J. L.; SCHUBART, H. O. R. Importance et distribution des racines et des êtres vivants dans un "Latosol" argileux sous forêt amazonienne. **Rev. Ecol. Biol. Sol.**, v. 24, p. 19-48, 1987.
- CUMMINS, K. W.; CUSHING, C. E.; MINSHALL, G. W. Introduction: an overview of stream ecosystems. **River and stream ecosystem**, p. 1-8, 1995.

DERBY, O. A. Contribuições para a geologia da região do baixo Amazonas. **Arch. Mus. Nac.**, v. 2, p. 77-104, 1878.

DÍAZ-CASTRO, J.G. **Biomassa, diversidade e fatores abióticos controladores do bloom de ficoperifiton no canal central do rio Jaú, na época da cheia, Parque Nacional do Jaú – Amazônia Central**. 1999. Tese (Doutorado em Biologia (Ecologia)) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Universidade do Amazonas, Manaus, 1999.

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. **Normais climatológicas (1961-1990)**. Brasília, Departamento Nacional de Meteorologia, 1992. 86 p.

EISENBERG, J. F.; K.H. REDFORD. **Mammals of the Neotropics - The Central Neotropics**: Ecuador, Peru, Bolívia, Brazil, Chicago. Univ. Chicago Press, 1999. v. 3, 609 p.

EMMONS, L. H. Geographic variation in densities and diversities of non-flying mammals in Amazonia. **Biotropica**, v.16, p. 210-222, 1984.

EMMONS, L. H.; FEER, F. **Neotropical rainforest mammals**. A field guide. University of Chicago Press, Chicago, 1997.

FAGUNDES, M. S. **Da desapropriação no direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1949. 62 p.

FERREIRA, L. V.; STOHLGREN, T. J. Effects of river level fluctuation on plant species richness, diversity, and distribution in a floodplain forest in Central Amazonia. **Oecologia**, v. 120, p. 582-587, 1999.

FERREIRA, L. V.; SÁ, R. L.; BUSCHBACHER, R.; BATMANIAN, G.; SILVA, J. M. C.; ARRUDA, M. B.; SÁ, L. F. S. N.; FALCOMER, J.; BAMPI, M. L. Identificação de áreas prioritárias para a conservação por meio da representatividade das unidades de conservação e tipos de vegetação nas ecorregiões da Amazônia Brasileira. In: CAPOBIANCO, J.P.R. et al. (orgs.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Editora Estação Liberdade & Instituto Socioambiental, 2001.

FOODEN, J. A revision of the woolly monkey (genus *Lagothrix*). **Journal of Mammalogy**, v. 44, p. 213-247, 1963.

FORSBERG, B. R.; HASHIMOTO Y.; ROSENQVIST A.; MIRANDA F. P. Tectonic fault control of wetland distributions in the Central Amazon revealed by JERS-1 radar imagery. **Quaternary International**, v. 72, p. 61-66, 2000.

FVA. **Lista Ilustrada das aves do Parque Nacional do Jaú** – An illustrated check-list of birds of Jaú National Park. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, Guia de campo, 2003.

FVA/AMORU/IBAMA-CNPT. **Diagnóstico para a criação da Reserva Extrativista do Rio Unini, Barcelos, Amazonas**. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, Relatório técnico, 2005.

FVA/IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú**. Manaus: Fundação Vitória Amazônica/IBAMA, 1998. 258 p.

GARCIA, P. **Terras Devolutas**. Belo Horizonte: Oscar Nicolai, 1958. 182 p.

GERMAN, L. A. **Historical Contingencies in the Coevolution of Environment and Livelihood**: Contributions to the Debate on Amazonian Black Earth. *Geoderma* 111, 2003.

GOULDING, M. **Amazon: The flooded forest**. London: BBC Books, 1989. 208 p.

GT de consolidação territorial da RESEX do Unini. **Proposta de Redefinição dos limites do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini**. Relatório. Novo Airão, AM, 2013.

HAFFER, J. Speciation in Amazonian Forest Birds: Most species probably originated in forest refuges during dry climatic periods. **Science**, v. 165, n. 3889, p. 131-137, 1969.

HAFFER, J. Time's cycle and time's arrow in the history of Amazônia. In PAVAN, C. (coord.), **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**, v. I, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Memorial e UNESP Editora, 1996.

HERSHKOVITZ, Philip. Uacaries, new world monkeys of the genus *Cacajao* (Cebidae, Platyrrhini): a preliminary taxonomic review with the description of a new subspecies. **American Journal of Primatology**, v. 12, n. 1, p. 1-53, 1987.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico de pedologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, coordenação de Recursos Naturais e Estudos ambientais, 2005. 300 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/novo-airao/panorama>. Acesso em: 22 de mai. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2018b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barcelos/panorama>. Acesso em: 22 de mai. 2018.

IBGE/CISCEA/SIVAM. 2001. Base cartográfica.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ação Internacional**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/886>. Acesso em: 21 de mai. 2018.

IWANAGA, S. Levantamento de mamíferos diurnos de médio e grande porte no Parque Nacional do Jaú: Resultados preliminares. In: BORGES, S.H.; IWANAGA, S.; DURIGAN, C.C.; PINHEIRO, M.R. (eds.) **Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: Uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia**. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, 2004. p. 195-206.

JUNK, W. J. Flood tolerant and tree distribution in central Amazonian floodplain. In HOLM-NIELSEN, L.B.; NIELSEN, I. C.; BALSLEV, E. H. (eds.), **Tropical forest botanical, dynamics**. Speciation and diversity. Londres: Academic. Press. limited, 1989. p. 47-64.

KELLOGG, R.; GOLDMAN, E. A. Review of the Spider Monkeys. Proceedings of the U.S. **National Museum**, v. 96, p. 1-45, 1944.

KEMENES, A. **Fatores influenciando a estrutura trófica e distribuição espacial das comunidades de peixes em igarapés de cabeceira, Parque Nacional do Jaú, AM**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 1999.

KULLANDER, Sven O.; NIJSSEN, Han. **The Cichlids of Surinam: Teleostei, Labroidei**. Brill, 1989.

LEENHER, J. A. Origin and nature of humic substances in the waters of the Amazon river basin. **Acta Amazônica**, v. 10, n. 3: 513-526, 1980.

LEONARDI, V. P. B. **Os historiadores e os rios: Natureza e ruínas na Amazônia Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1999.

LEWINSOHN, T. M.; PRADO, P. I. **Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento**. Ed. Contexto, 2002.

LOWE-McCONNELL, R. H. **Ecological studies in tropical fish communities**. Cambridge University Press, 1987. 382 p.

MAIA, R. G. N., GODOY, H. K., YAMAGUTI, H. S., MOURA, P. A., COSTA, F. S. F., HOLANDA, M. A.; COSTA, J. A. **Projeto Carvão no Alto Solimões**. Manaus: Ministério de Minas e Energia. DNPM/CPRM, 1977.

MELO, S.; SOPHIA, M. G.; MENEZES M.; SOUZA, C. A. Biodiversidade de algas planctônicas do Parque Nacional do Jaú: Janela Seringalzinho. In: BORGES, S. H.; IWANAGA, S.; DURIGAN, C. C.; PINHEIRO, M. R. (eds.) **Janelas para a biodiversidade do Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade da Amazônia**. Brasília-DF: Ed. Ipiranga, 2004. p. 83-95.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2018. **Ministério quer tornar rio Negro sítio Ramsar**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2823>. Acesso em: 21 de mai. de 2018.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2018b. **Reserva da Biosfera**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/reserva-da-biosfera>. Acesso em: 21 de mai. de 2018.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2018c. **Sítios do Patrimônio**: Convenção do Patrimônio Mundial. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/s%C3%ADios-do-patrim%C3%B4nio>. Acesso em: 21 de mai. de 2018.

NASCIMENTO, N. R.; BUENO, G. T.; FRITSCH, E.; HERBILLON, A. J.; ALLARD, T.; MELFI, A. J.; ASTOLFO, R.; BOUCHER, H. L. I. Y. Podzolization as a deferralitization process: a study of an Acrisol-Podzol sequence derived from Palaeozoic sandstones in the northern upper Amazon Basin. **European Journal of Soil Science**, v. 55, n. 3, p. 523-538, 2004.

NECKEL-OLIVEIRA, S.; GORDO, M. Anfíbios, lagartos e serpentes do Parque Nacional do Jaú. In: BORGES, S.H.; IWANAGA, S.; DURIGAN, C.C.; PINHEIRO, M.R. (eds.). **Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú**: Uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia. Fundação Vitória Amazônica, Manaus. 2004a. p.161-171.

NECKEL-OLIVEIRA, S. E; GORDO, M. Geographic Distribution. *Aparasphenodon venezolanus*. **Herpetological Review**, v. 35, n. 1, p. 77, 2004b.

NERI, F.; BORGES, S. H. **Relatório de primatologia no rio Unini, Parque Nacional do Jau**. Unpublished report to Fundação Vitória Amazônica, Manaus, Brazil, 1998.

PAIVA, G. Valle do Rio Negro; Physiografia e geologia. **Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1929. 62 p.

PEZZUTI, J.C.B. **Ecologia e Etnoecologia de Quelônios no Parque Nacional do Jaú, Amazonas, Brasil**. 2003. 149 pp. Tese (Doutorado em Ecologia) – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2003.

PEZZUTI, J. C. B.; LIMA, J. P.; FÉLIX-SILVA, D.; REBELO, G. H. A caça e a pesca no Parque Nacional do Jaú, Amazonas. In: BORGES, S. H.; IWANAGA, S.; DURIGAN, C. C.; PINHEIRO, M. (eds.). **Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú**. Manaus: Fundação Vitória amazônica, 2004. p. 213-230.

PIRES, J. M.; PRANCE, G. T. The vegetation topos of the Brazilian ,Amazon. In PRANCE, G. T.; LOVEJOY, T. E. (eds.). **Amazonia: key environment**. Londres, Pergamon Press, 1985. p. 109-145.

PRANCE, G.T. Phyogeography support for the theory of Pleistocene forest .refuge in Amazon basin, based on evidence from distribution patterns in Caryocaraceae, Chrysobalanaceae Dichapetalaceae and Lecythydaceae. **Acta Amazonica**, v. 3, n. 3, p. 5-28, 1973.

PRANCE, G.T. Islands in Amazonia. **Philosophical Transactions of the Royal Society of London**, v. 351, p. 823-833, 1996.

RADAMBRASIL. **Projeto Radambrasil, levantamento de recursos naturais**. v. 18. Manaus: Ministério das Minas e Energia, 1978. 633 p.

RAMSAR. **The Ramsar Convention and Its Mission**. Disponível em: <https://www.ramsar.org/about/the-ramsar-convention-and-its-mission>. Acesso em: 21 de mai. de 2018.

REBÊLO, G. H.; LUGLI, L. The conservation of freshwater turtles and the dwellers of the Amazonian Jaú National Park (Brasil). In: JAIN, S. K. (ed.). **Ethnobiology in human welfare**. New Delhi: Deep Publications, 1996. p. 253-258.

- REBÊLO, G.; LUGLI, L. Distribution and abundance of four caiman species (Crocodylia: Alligatoridae) in Jaú National Park, Amazonas, Brazil. **Revista de Biologia Tropical**, v. 49, p. 1095-1109, 2001.
- REBÊLO, G.; PEZUTTI, J.; LUGLI, L.; MOREIRA, G. Pesca artesanal de quelônios no Parque Nacional do Jaú (AM). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Ciências Humanas, v. 1, n. 1, p. 111-127, 2005.
- REBELO, G. H. **Quelônios, jacarés e ribeirinhos no Parque Nacional do Jaú/AM**. 2002. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Biologia, UNICAMP, Campinas, 2002.
- ROSENQVIST, A.; FORSBERG, B.R.; PIMENTEL, T.; RICHEY, J.E. GRFM activities in the Jaú river floodplain – modeling of methane emissions and flooding dynamics. *In: Jers-1 Science Program '99 PI Reports*. Earth Observation Research Ctr/National Space Development Agency of Japan, 1999. p. 118-122.
- ROSSETTI, D.; MANN DE TOLEDO, P.; GÓES, A. M. New geological framework for Western Amazonia (Brazil) and implications for biogeography and evolution. **Quaternary Research**, v. 63, p. 78-80, 2005.
- RYLANDS, A. B. **The status of conservation areas in the Brazilian Amazon**. Washington: World Wildlife Fund, 1997.
- RYLANDS, A.B. **Relatório: Viagem ao Parque Nacional do Jaú**. Unpublished report to Fundação Vitória Amazônica, 1992. 7 p.
- SALATI, E.; RIBEIRO, M. N. G.; ABSY, M. L.; NELSON, B. W. Clima da Amazônia: Presente, Passado e Futuro. *In: VAL, A. L.; FIGLIOULO, R.; FELDEBERG, E. (eds.). Bases Científicas para Estratégias de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia: Fatos e Perspectivas*. v. I. Manaus: CNPq/FUA, 1991. p. 21-24.
- SANTOS, F. D.; THIELEN; E. V. Introdução. *In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ*. Casa de Oswaldo Cruz. **Revisitando a Amazônia: Expedição aos rios Negro e Branco refaz percurso de Carlos Chagas em 1913**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Casa de Oswaldo Cruz, 1996. 112p. p.11-23
- SCHUBART, H. O et al. **Relatório da excursão ao rio Jaú com a instalação de uma reserva natural (não publicado)**. Manaus, INPA. 1977.
- SILVA, D. F. **Ecologia reprodutiva do cabeçudo (*Peltocephalus dumerilianus*) Testudines: Pelomedusidae no Parque Nacional do Jaú, Amazonas, Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- SILVA, M. N.; PATTON, J. L. **Pequenos mamíferos do Parque Nacional do Jaú**. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, Unpublished report, 1996. 12 p.
- SILVA, P. **Relatório contendo o levantamento de informações necessárias à pesquisa fundiária visando à elaboração de levantamento e sistematização de informações acerca da consolidação territorial/regularização fundiária do Parque Nacional do Jaú/AM**. FUNBIO/ARPA/IBAMA, 2007.
- SIOLI, H. Hydrochemistry and Geology in the Brazilian Amazon region. **Amazoniana**, v. 1, p. 74-83, 1984.
- SOUZA, T. V. S.; THAPA, B.; CASTRO, E. V. **Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Brasileiras**. Brasília: PAPP - Parcerias Ambientais Público-Privadas, 2017.
- UNESCO. 2018. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/central-amazon-conservation-complex/> Acesso em: 21 de mai. de 2018.

VALLE, R. B. M. **Relatório Preliminar sobre as Gravuras Rupestres do Parque Nacional do Jaú e Reserva Extrativista do rio Unini, baixo rio Negro, Amazonas**. Manaus, Amazonas: Fundação Vitória Amazônica e Ibama, 2006.

VALLE, R. B. M. Os Registros Rupestres no Rio Negro, Amazônia Ocidental: estado atual dos conhecimentos, problemas e hipóteses. 1º congresso internacional da SAB arqueologia transatlântica e XIV congresso nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Florianópolis. **Anais do 1º congresso internacional da SAB. Florianópolis**: Nix Brasil - agência digital, 2007. v. 1. p. 090.

VALLE, R. B. M. 2012. **Mentes Graníticas e Mentes Areníticas**: fronteira geo-cognitiva as gravuras rupestres do Baixo Rio Negro, Amazônia Setentrional. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VANNOTE, R. L.; MINSHALL, G. W.; CUMMINS, K. W.; SEDELL, J. R.; CUSHING, C. E. The river continuum concept. **Can. J. Fish. Aquat. Sci.**, v. 37, p. 130-137, 1980.

VANZOLINI, P. E.; WILLIAMS, E. E. South American anoles: the geographic differentiation and evolution of the *Anolis chrysolepis* species group (Sauria, Iguanidae). **Arquivos de Zoologia**, v. 19, n. 3-4, p. 125-298, 1970.

VOSS, R. S. Mammalian diversity in Neotropical lowland rainforests: a preliminary assessment. **Bulletin of the American Museum of natural History**, v. 230, p. 1-115, 1996.

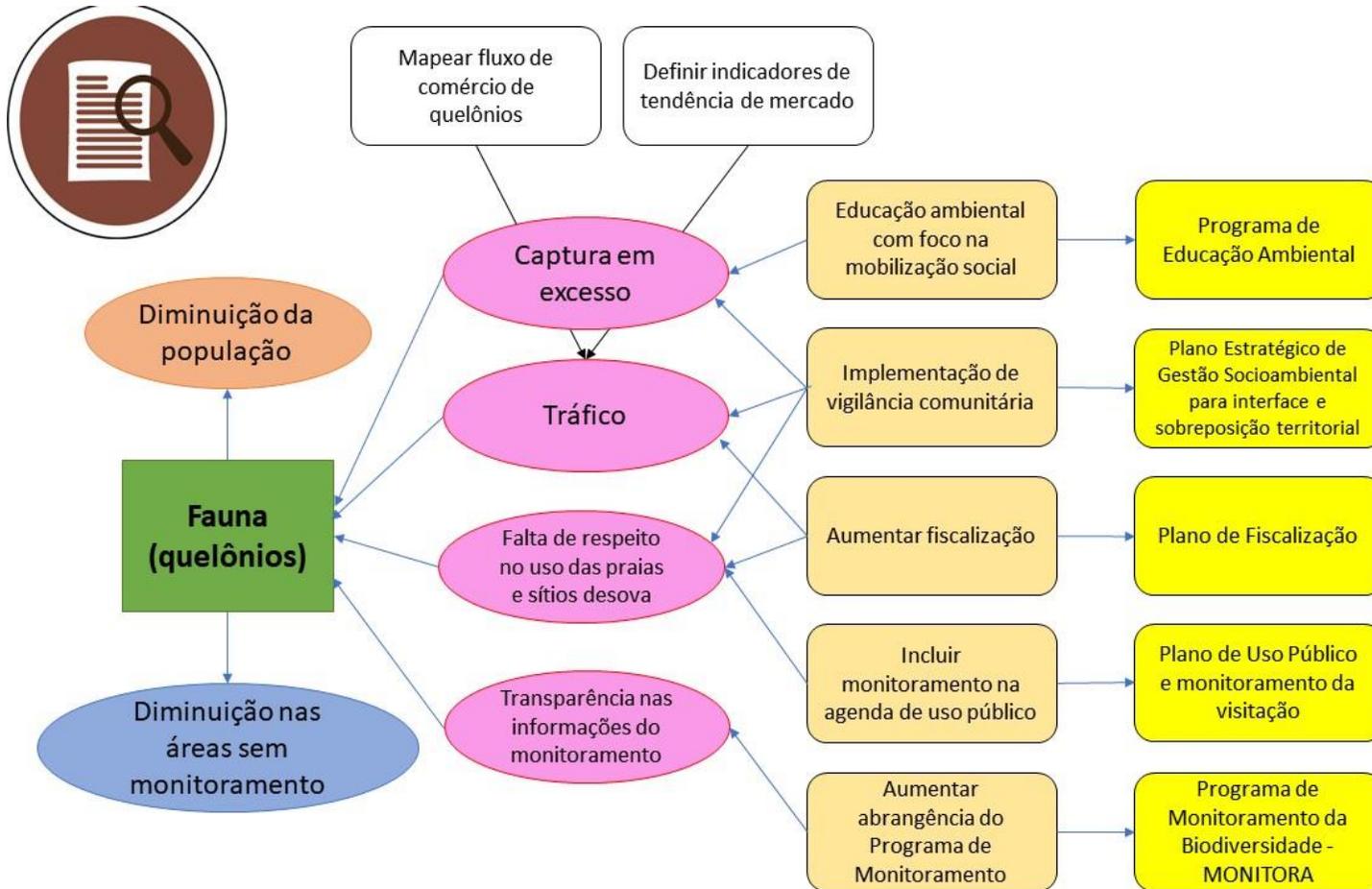
WHITTAKER, A. Range extensions and nesting of the Glossy-backed Becard *Pachyramphus surinamus* in central Amazonian Brazil. **Bull. Brit. Ornithol. Club**, v. 113, p. 93-96, 1995.

WHITTAKER, A.; CARVALHAES, A. M. P.; PACHECO, J. F. Rediscovery of the Chestnutheaded Nunlet *Nonnula amaurocephala* in Amazonian Brazil. **Cotinga**, v. 3, p. 48-50, 1995.

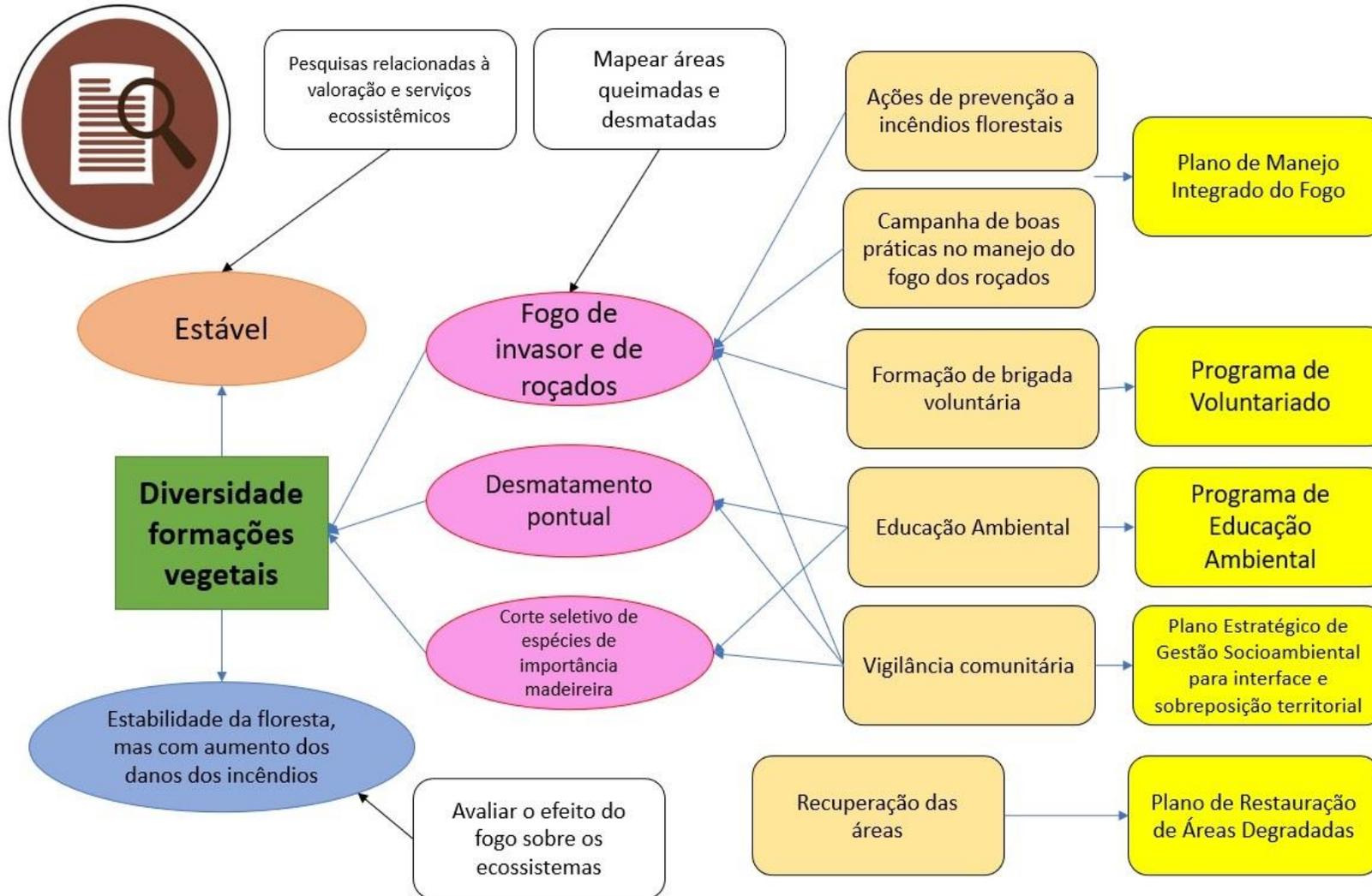
WILSON, E. O. The arboreal ant fauna of Peruvian Amazon forests: a first assessment. **Biotropica**, p. 245-251, 1987.

ANEXO I. DIAGRAMAS DE ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS (RVF) DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ

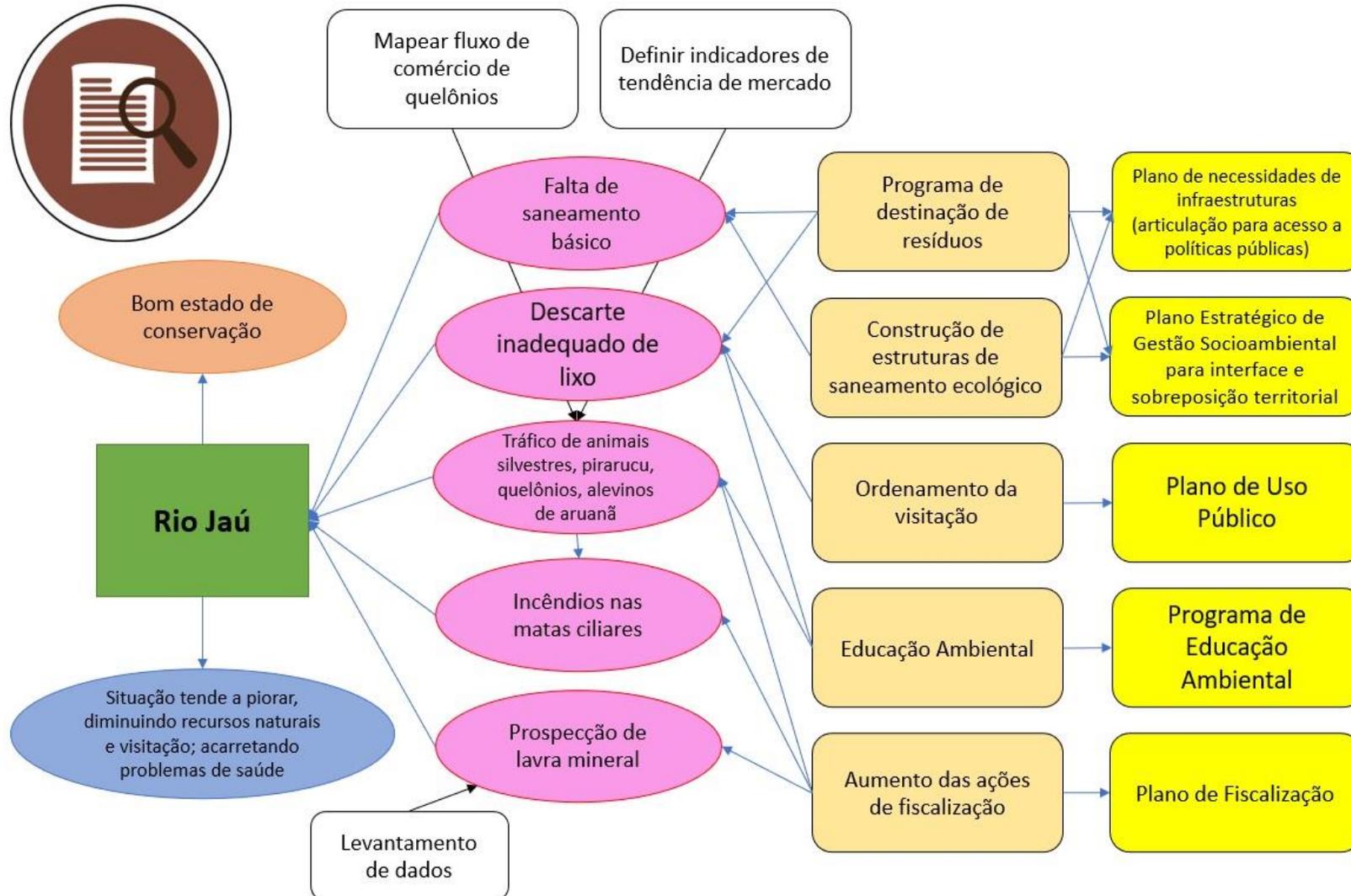
RVF: Fauna (quelônios)



RVF: Diversidade formações vegetais



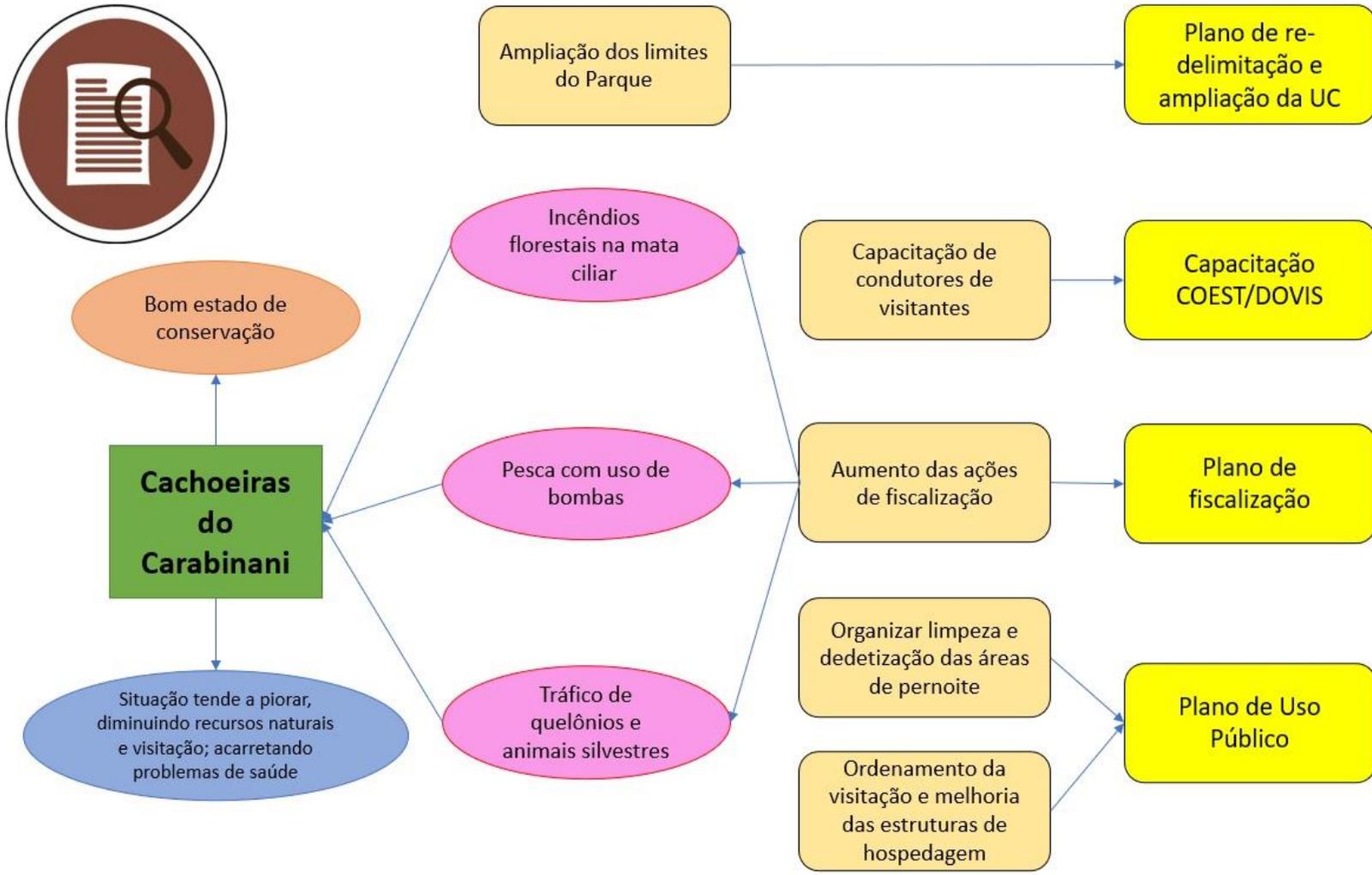
RVF: Rio Jaú



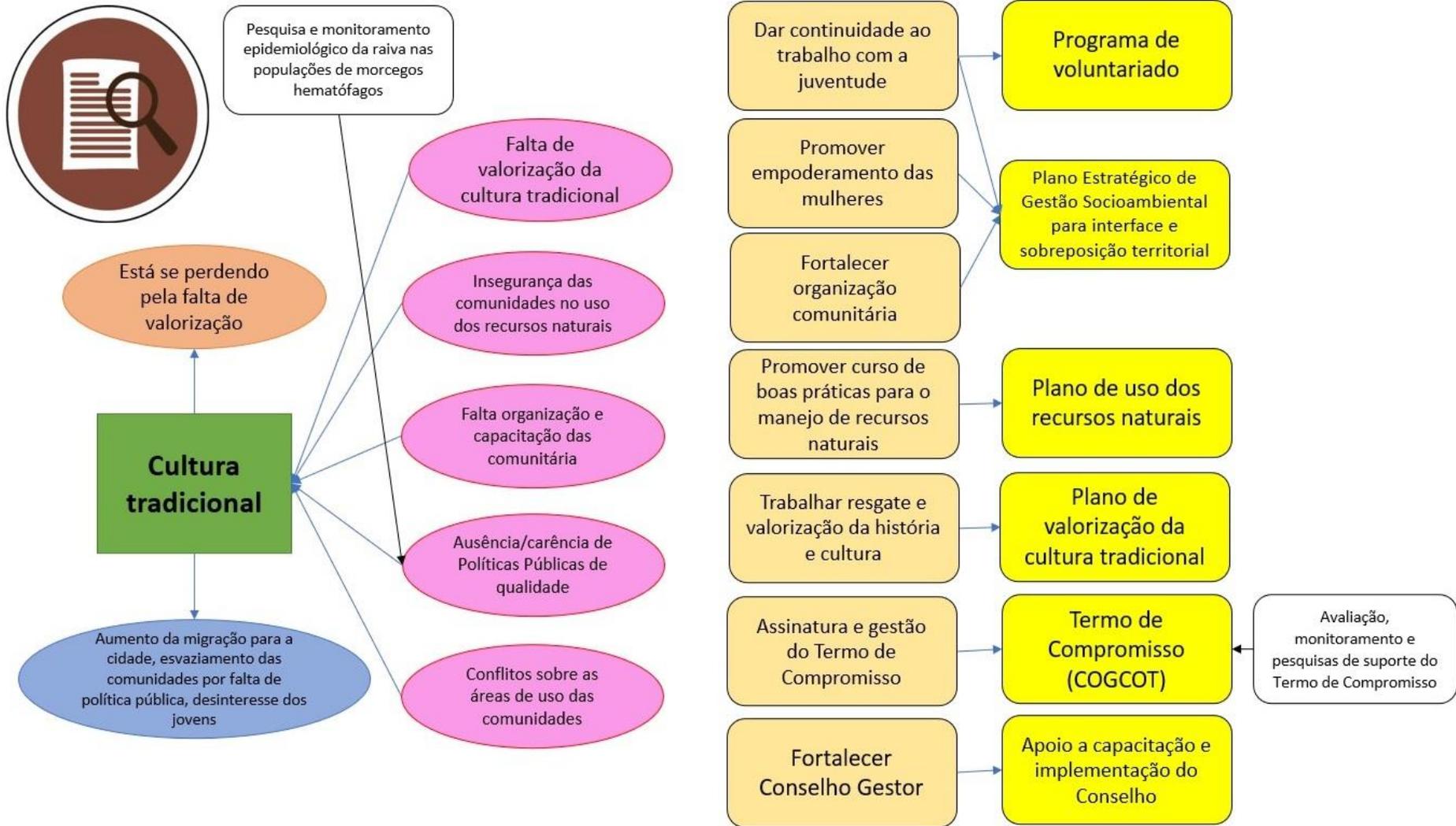
RVF: Praias



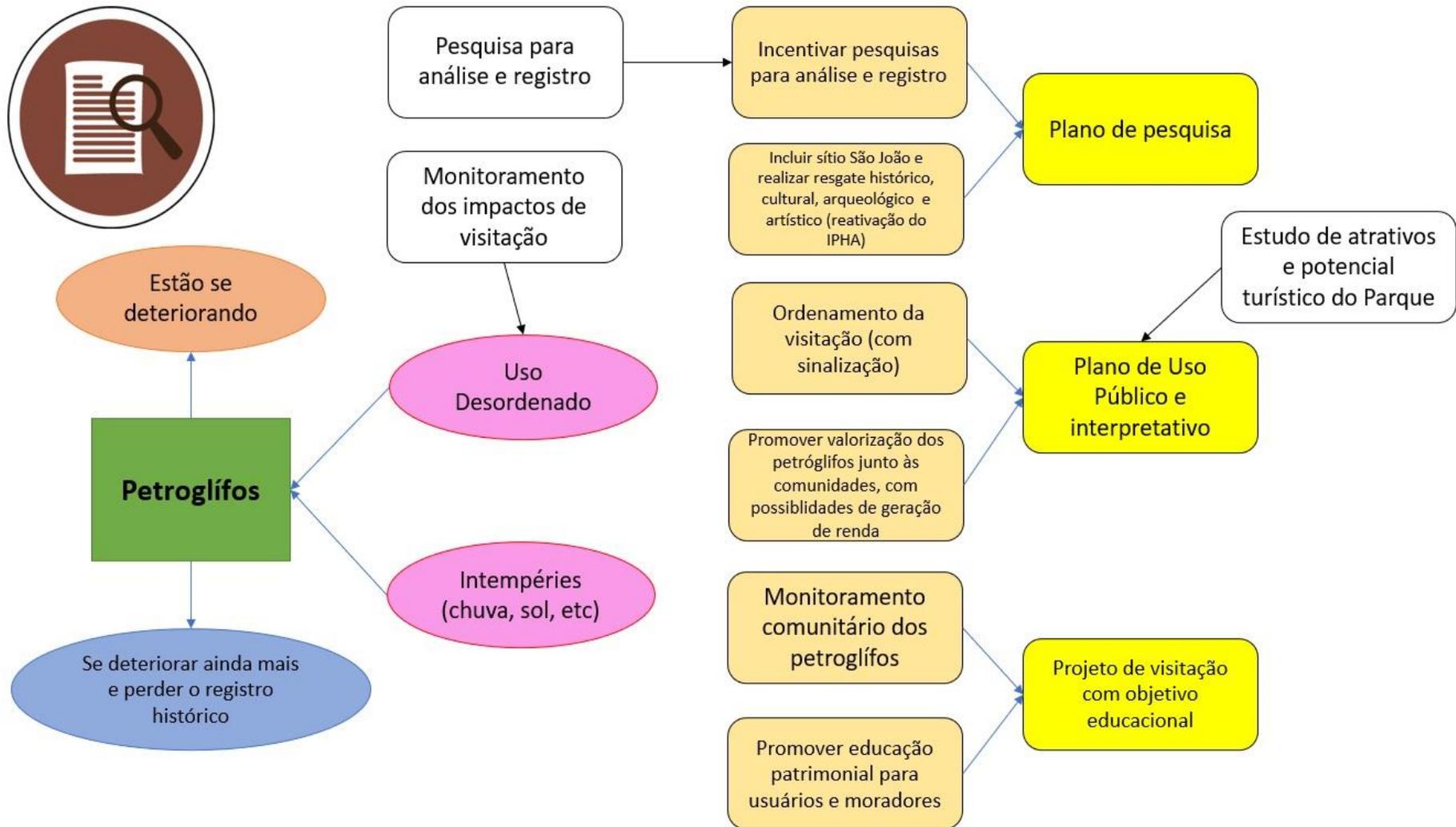
RVF: Cachoeiras do Carabinani



RVF: Cultura tradicional



RVF: Petróglicos



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)

PLANO DE MANEJO



KFW



Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

